



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS
MESTRADO PROFISSIONAL EM PLANEJAMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS

CÍCERO NEY FARIAS

**A RECICLAGEM DO LIXO ELETRÔNICO COMO MEDIADOR DE INCLUSÃO
DIGITAL E EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CENTRO CULTURAL BOM JARDIM**

FORTALEZA - CEARÁ

2019

CÍCERO NEY FARIAS

A RECICLAGEM DO LIXO ELETRÔNICO COMO MEDIADOR DE INCLUSÃO
DIGITAL E EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CENTRO CULTURAL BOM JARDIM

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas do Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Planejamento e Políticas Públicas. Área de concentração: Planejamento e Políticas Públicas.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Germano Magalhães Júnior

FORTALEZA - CEARÁ

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Universidade Estadual do Ceará

Sistema de Bibliotecas

Farias, Cícero Ney .

A reciclagem do lixo eletrônico como mediador de inclusão digital e educação ambiental no centro cultural bom jardim [recurso eletrônico] / Cícero Ney Farias. - 2019.

1 CD-ROM: il.; 4 ¼ pol.

CD-ROM contendo o arquivo no formato PDF do trabalho acadêmico com 97 folhas, acondicionado em caixa de DVD Slim (19 x 14 cm x 7 mm).

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Estadual do Ceará, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas, Fortaleza, 2019.

Área de concentração: Planejamento e Políticas Públicas..

Orientação: Prof. Dr. Antonio Germano Magalhães Júnior.

1. Inclusão digital. 2. Educação ambiental. 3. Políticas públicas. 4. Sustentabilidade. 5. Lixo eletrônico. I. Título.

CÍCERO NEY FARIAS

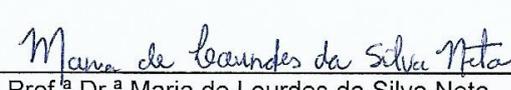
A RECICLAGEM DO LIXO ELETRÔNICO COMO MEDIADOR DE INCLUSÃO
DIGITAL E EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CENTRO CULTURAL BOM JARDIM

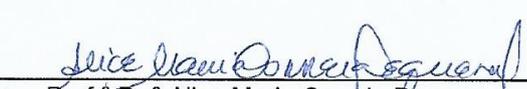
Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas do Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Planejamento e Políticas Públicas. Área de concentração: Planejamento e Políticas Públicas.

Aprovada em: 04/07/2019

BANCA EXAMINADORA


Prof. Dr. Antônio Germano Magalhães Junior (Orientador)
Universidade Estadual do Ceará - UECE


Prof.ª Dr.ª Maria de Lourdes da Silva Neta
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE


Prof.ª Dr.ª Alice Maria Correia Pequeno
Universidade Estadual do Ceará - UECE

AGRADECIMENTOS

A Deus, autor da vida, da sabedoria e da alegria, aquele que ilumina os caminhos trilhados e distribui forças para superar os obstáculos.

Aos meus pilares, base de toda minha caminhada: minha mãe Regina Farias e meu pai Edmar Farias, por todo o amor e amparo dedicados a mim, na minha criação. Por toda sabedoria repassada ao longo desses anos pelos meus pais mostrando o valor da humildade. Sem esse cuidado, jamais teria chegado até aqui.

Aos meus irmãos: Cerly, Raquel, Regina Célia e Talvanis Farias por toda a ajuda oferecida e favores ofertados para que eu pudesse concluir mais essa etapa da minha vida. Palavras não são suficientes para expressar a importância de tê-los ao meu lado. A Maria Eduarda, por todo seu amor e carinho. Você é luz na minha vida, e poder te ver crescer saudável e inteligente, me traz inspiração e a certeza de que estou no caminho certo.

Ao orientador, Prof. Dr. Antonio Germano Magalhães Júnior, pelos valiosos comentários e orientações que me indicaram o rumo a ser tomado, para chegar ao final de mais esta etapa.

A meus amigos de mestrado, da turma dezesseis, em especial a: Eduardo Castelo, Rafael, Raquel, Samila e Vilmara, pelos momentos divididos, pelas alegrias e angústias compartilhadas. Obrigado pela companhia de todos vocês.

Ao meu grande amigo Ivan Bruno, pela paciência, compreensão, por dividir comigo momentos maravilhosos e por me fazer seguir quando achava que não podia.

Aos meus queridos amigos que o ambiente de trabalho me presenteou, Ivoneide Fernandes e Adams Barreto, pelas conversas construtivas e de apoio em momentos delicados e de incertezas.

A SEDUC, pelo apoio financeiro dado com a manutenção da bolsa de estudo.

A todos os professores do Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas da UECE que contribuíram para minha formação.

RESUMO

O objetivo principal desta pesquisa foi a investigação sobre a reciclagem do lixo eletrônico como mediador de inclusão digital e educação ambiental no Centro Cultural Bom Jardim, através dos cursos Metareciclar e Resíduo Tecnológico Vira Arte durante os anos de 2016 a 2018. Evidencia, também, as questões relacionadas a sustentabilidade na região do Grande Bom Jardim, tendo como base dos estudos a realização de pesquisas bibliográficas, apresentando os conceitos de políticas públicas, inclusão digital e educação ambiental, além de algumas discussões relacionadas ao lixo eletrônico, aos riscos do incorreto descarte de seus resíduos e os problemas que deles resultam, tanto para a saúde humana quanto para o ambiente onde se está inserido. Como objetivos específicos do presente estudo está a descrição da relevância dos cursos ofertados pelo CCBJ como forma de políticas públicas e de que maneira se deu o processo de inclusão digital através da reciclagem e do reuso do lixo eletrônico nas aulas desses cursos. Por último foi traçado uma comparação com o planejado para a implementação dos cursos e o realizado. A pesquisa, classificada como qualitativa, utilizou-se do método de uma pesquisa documental, e a coleta de dados foi realizada por meio de pesquisa bibliográfica e de documentos do próprio CCBJ. Por meio de sites, revistas anuais, planos de aula e registros dos diários de aula, assim como o Projeto Político Pedagógico, foi possível uma análise dos resultados que possibilitou uma melhor compreensão acerca dos objetivos alcançados após a implementação desses cursos. Mesmo com a descontinuidade do projeto, algumas instituições parceiras, situadas no GBJ, continuam a se beneficiar com o resultado de dois anos de oferta dos cursos Metareciclar e Resíduo Tecnológico Vira Arte.

Palavras-chave: Inclusão digital. Educação ambiental. Políticas públicas. Sustentabilidade. Lixo eletrônico.

ABSTRACT

The main objective of this research is to investigate the recycling of electronic waste as a mediator of digital inclusion and environmental education in the Centro Cultural Bom Jardim, through the Metareciclar and Technological Waste Vira Arte courses during the years 2016 to 2018. sustainability issues in the Grande Bom Jardim region, based on the studies carried out in bibliographical research, presenting the concepts of public policies, digital inclusion and environmental education, as well as some discussions related to e-waste, the risks of incorrect disposal of their residues and the problems that result from them, both for human health and for the environment in which they are inserted. As specific objectives of the present study is the description of the relevance of the courses offered by the CCBJ as a form of public policies and in what way the process of digital inclusion through the recycling and the reuse of electronic junk in the classes of these courses took place. Finally, a comparison was made with what was planned for the implementation of the courses and what was accomplished. The research, classified as qualitative, used the method of a documentary research, and data collection was done through bibliographical research and documents of the CCBJ itself. By means of websites, annual journals, lesson plans and classroom diary records, as well as the Political Pedagogical Plan, it was possible to analyze the results that made possible a better understanding of the objectives achieved after the implementation of these courses. Even with the discontinuity of the project, some partner institutions, located in the GBJ, continue to benefit from the two-year offer of Metareciclar and Technological Waste Vira Arte courses.

Keywords: Digital inclusion. Environmental education. Public policy. Sustainability. Electronic junk mail.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Bairros e divisões de Fortaleza.....	44
Figura 2 -	IDH dos bairros de Fortaleza.....	46
Figura 3 –	Gráfico de Atendimento por bairros.....	53
Figura 4 –	Gráfico de Atendimento por idade.....	53
Figura 5 –	Gráfico de atendimento por Gênero.....	54
Figura 6 -	Atendidos e inscritos por raça/cor.....	54
Figura 7-	Beneficiários de projetos sociais.....	55
Figura 8 –	Gráfico de renda mensal.....	55
Figura 9 -	Reciclando Computadores.....	76
Figura 10 -	Computador Reciclado para Reuso.....	77
Figura 11 -	Computadores Reciclados para Reuso sendo utilizados por alunos de projetos parceiros.....	77
Figura 12 -	Computador Reciclado para Reuso no CCBJ.....	78
Figura 13 -	Computadores Reciclados para Reuso.....	78
Figura 14 -	Artesanato Digital elaborado com sucata eletrônica.....	79
Figura 15 -	Artesanato Digital em exposição ao término do curso.....	80
Figura 16 -	Sucata de Impressora transformada em objeto de decoração.....	85
Figura 17 -	Jogos de tabuleiros elaborados com sucatas de computador.....	85
Figura 18 -	Jogos de Tabuleiro sendo utilizados nos intervalos de aula.....	86
Figura 19 -	Jogos de tabuleiro exposto ao término do curso.....	87
Figura 20 -	Acessórios de Sucata Tecnológica.....	87
Figura 21 -	Brinquedos feitos com sucata tecnológica.....	88

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 –	Características gerais do curso Metareciclar.....	65
Quadro 2 –	Atividades complementares e bibliografia utilizada no curso Metareciclar.....	67
Quadro 3 –	Planos de aula e anotações do diário de classe do curso Metareciclar.....	69
Quadro 4 –	Plano de aula e registros do diário de aulas do curso Resíduo Tecnológico Vira Arte.....	81

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CCBJ	Centro cultural bom jardim
CDMAC	Centro Cultural Dragão do Mar de Arte e Cultura
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
EAO	Escola de Artes e Ofícios Thomaz Pompeu Sobrinho
ENEL	Ente Nazionale Per L'energia Elettrica
FECOP	Fundo Estadual de Combate à Pobreza
GBJ	Grande Bom Jardim
IACC	Instituto de Arte e Cultura do Ceará
IBAMA	Instituto brasileiro do meio ambiente e dos recursos naturais
IBGE	Instituto brasileiro de geografia e estatística
IDH	Índice de desenvolvimento humano
IDT	Instituto de Desenvolvimento do Trabalho
IEP	Instituto Educacional Profissionalizante
IDEAR	Instituto para o Desenvolvimento Tecnológico e Social
LABVIDA	Laboratório de direitos humanos cidadania e ética
MEC	Ministério da educação
ONG	Organização não governamental
ONU	Organização das nações unidas
PNEA	Política nacional de educação ambiental
PROINFO	Programa nacional de informática na educação
PRONASCI	Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania
PPP	Plano Político Pedagógico
RAC	Rede de arte e cultura do bom jardim
SEMA	Secretaria Especial do Meio Ambiente
SEPLA	Secretaria do planejamento
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequenas Empresas
SECULT	Secretaria da Cultura do Estado do Ceará
TIC's	tecnologia da informação e comunicação
UECE	universidade estadual do Ceará
UFC	Universidade Federal do Ceará
UNIFOR	Universidade de Fortaleza

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
2	O CENTRO CULTURAL BOM JARDIM E AS POLÍTICAS PÚBLICAS.....	16
2.1	TIPOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS.....	18
2.1.1	Tipologia de Lowi.....	19
2.1.2	Tipologia de Wilson.....	20
2.1.3	Tipologia de Gormley.....	21
2.1.4	Tipologia de Gustafsson.....	22
2.1.5	Tipologia de Bozeman e Pandey.....	23
2.2	OS DIFERENTES CONCEITOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS.....	23
2.2.1	As Demandas Novas.....	25
2.2.2	As Demandas Recorrentes e Demandas Reprimidas.....	26
2.3	OS ATORES POLÍTICOS.....	26
2.4	O PROBLEMA POLÍTICO.....	28
2.5	AS DINÂMICAS DAS RELAÇÕES ENTRE OS ATORES PÚBLICOS.....	29
2.6	O PROCESSO DE FORMULAÇÃO DE ALTERNATIVAS.....	31
3	EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO POLÍTICA PÚBLICA NO BRASIL.....	33
4	INCLUSÃO DIGITAL.....	39
4.1	INCLUSÃO DIGITAL E SOCIAL.....	41
5	DIAGNÓSTICO DO TERRITÓRIO.....	44
5.1	LOCALIZAÇÃO E DADOS SOCIOECONÔMICOS DO GRANDE BOM JARDIM.....	45
5.2	HISTÓRICO DO CENTRO CULTURAL DO GRANDE BOM JARDIM.....	48
5.3	HISTÓRICO DA TRAJETÓRIA DAS ESCOLAS DE ARTE DO CCBJ.....	50
5.4	OS OBJETIVOS DA IMPLEMENTAÇÃO DAS ESCOLAS NO CCBJ.....	51

5.5	ANÁLISE DO ATENDIMENTO DO CENTRO CULTURAL BOM JARDIM	53
5.6	A PROPOSTA DOS CURSOS DO CCBJ.....	56
5.6.1	Cursos Livres.....	56
5.6.2	Cursos Extensivos.....	57
5.6.3	laboratórios de Criação e Pesquisa.....	57
6	METODOLOGIA.....	58
7	O CURSO METARECICLAR NO CCBJ.....	60
7.1	OBJETIVOS DO CURSO METARECICLAR.....	61
7.1.1	Avaliação dos Participantes do Curso Metareciclar.....	61
7.2	RESÍDUO TECNOLÓGICO VIRA ARTE.....	62
8	ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	64
8.1	ANALISANDO OS RESULTADOS DO CURSO METARECICLAR	64
8.2	ANALISANDO OS RESULTADOS DO CURSO RESÍDUO TECNOLÓGICO VIRAM ARTE.....	80
9	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	89
	REFERÊNCIAS.....	93

1 INTRODUÇÃO

Um dos grandes problemas da atualidade, ligados ao tema da sustentabilidade, é o correto descarte do lixo eletrônico e o uso consciente de tais equipamentos. Associado a esse problema existe, também, a exclusão e o analfabetismo digital que assola milhares de brasileiros, em especial aos que estão as margens dos benefícios das políticas públicas existentes. Com um mercado cada vez mais dinâmico e moderno, estar incluído digitalmente, significa estar com mais possibilidades para ocupar uma vaga no mercado de trabalho, assim como não ficar as margens das informações repassadas pelo mundo virtual amplamente difundido nos dias de hoje.

O crescente uso de equipamentos eletrônicos tem como consequência a geração de um montante de lixo eletrônico descartado no meio ambiente de maneira irregular. Ainda segundo Magera (2012), quando descartados de forma inadequada, resulta em um grande problema ambiental, visto que tais equipamentos possuem em sua composição, substâncias químicas como: chumbo, cádmio, mercúrio, berílio, entre outros, os quais podem provocar a contaminação do solo e da água. Esse tipo de lixo, altamente nocivo à saúde humana, tornou-se a principal preocupação de vários países fazendo com que, através da educação ambiental, fossem trabalhadas alternativas para o destino final do *e-lixo*. Essas questões direcionam-se, principalmente, ao Estado que tem em mãos o poder de instituir políticas públicas capazes de amenizar os impactos causados pelo e-lixo, desenvolvendo e trabalhando soluções para um reaproveitamento, assim como um correto descarte da sucata eletrônica.

Nesse contexto, a presente pesquisa traz como proposta um estudo sobre a reciclagem do lixo eletrônico como mediador de inclusão digital e educação ambiental no Centro Cultural Bom Jardim, considerado fruto das políticas públicas do Governo do Estado do Ceará. Dentro desse contexto a pesquisa teve como objetivo principal a investigação dos efeitos da inclusão digital e da educação ambiental através da reciclagem da sucata eletrônica ofertado nos cursos do CCBJ.

Como objetivos específicos, pretende-se descrever a relevância da inclusão digital e da educação ambiental através dos cursos Metareciclar e Resíduo Tecnológico Vira Arte, como forma de políticas públicas no Centro Cultural Bom Jardim, assim como apresentar o processo metodológico utilizado para a realização

dos cursos ministrados no centro cultural. O interesse em abordar o presente tema originou-se a partir de experiências vivenciadas diariamente no ambiente de trabalho, em sala de aula, onde desempenho a função de professor do ensino médio. Como professor de Geografia, a questão ambiental sempre teve prioridade nas minhas aulas, pois auxiliar o aluno a perceber-se como parte do processo para uma vida sustentável, e essenciais na resolução dos problemas socioambientais, foi o tema de maior importância.

Geralmente as periferias no Brasil são lembradas e vistas como aquelas áreas onde somente encontra-se a violência, a criminalidade, e a falta de saneamento básico explicita por todos os lados, mas não são lembradas como áreas ocupadas por moradores de baixa renda, baixa escolaridade, esquecidos pelas políticas públicas e contemplados pelas mazelas sociais e o esquecimento das autoridades. Seus moradores sofrem diariamente o estigma de habitarem uma região que se situa as margens do desenvolvimento.

A região do Grande Bom Jardim foi inserindo-se nessa categoria de periférico demonstrando no decorrer do tempo todas as características comuns às periferias das grandes cidades brasileiras. Essa região está dividida em cinco bairros menores: Canindezinho, Siqueira, Bom Jardim, Granja Lisboa e Granja Portugal. A região “reflete uma cidade desigual, incidindo os seus reveses na parcela da população mais vulnerável, em razão do seu particular processo de desenvolvimento, principalmente as crianças, adolescentes e jovens” (HONÓRIO, 2014, p.37)

Todos os bairros da região do GBJ apresentam um alto índice de violência, desemprego e analfabetismo. São crianças jovens e adolescentes esquecidos pelas políticas públicas que garantam seus direitos mais básicos. Na tentativa de sanar algumas das dívidas sociais, é que a região, nas duas últimas décadas vem sendo palco de projetos sociais, dentre eles a construção e implementação do Centro Cultural Bom Jardim.

O CCBJ é uma criação do Governo do Estado do Ceará que no ano de 2006 é implantado no bairro Grande Bom Jardim, na periferia da cidade de Fortaleza. O CCBJ tem suas atividades coordenadas pelo Instituto de Arte e Cultura do Ceará (IACC) e conta com uma estrutura considerável, dentre elas encontramos, teatro de arena, salas multiuso, um estúdio para gravações musicais, biblioteca, ateliê, galeria e uma ilha digital com equipamentos de áudio e vídeo. Os cursos Metareciclar e Resíduo Tecnológico Vira Arte funcionaram nas instalações do CCBJ, assim como as

exposições realizadas ao final de cada edição desses cursos, com tudo o que foi produzido pelos alunos no decorrer das aulas.

Situado na contramão dos grandes centros culturais, o CCBJ pode ser considerado um fenômeno no que diz respeito a política pública no Ceará, planejado e instalado na periferia de Fortaleza em uma das regiões mais violentas da cidade. Segundo Secchi (2013), uma política pública é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público. As políticas públicas possuem dois elementos fundamentais: intencionalidade pública e resposta a um problema público. Podemos imaginar o impacto que um centro cultural com essa dimensão faz na vida dos moradores do GBJ, levando arte e cultura a uma população marginalizada e estigmatizada. Resgatar esses jovens da violência através da arte tornou-se o principal objetivo do centro cultural juntamente as instituições parceiras que atuam nessa área.

O curso Metareciclar surge como proposta de integração da matriz curricular dos cursos do CCBJ na perspectiva de trabalhar a inclusão digital na região. Esse curso trabalha a inclusão digital por meio da reciclagem do lixo eletrônico, ou também, através do reuso de equipamentos considerados obsoletos por algumas empresas parceiras do CCBJ, que participam do projeto por meio de doações desses equipamentos. O curso Metareciclar teve como prioridade trabalhar a inclusão digital dos jovens e adultos do GBJ na intenção de diminuir os dados referentes ao analfabetismo digital, assim como tentar inserir essas pessoas no mercado de trabalho.

Por outro lado, o curso Resíduo Tecnológico Vira Arte trabalhou os conceitos de educação ambiental através da reciclagem do e-lixo de uma maneira artística dentro do conceito de ecodesign. Para trabalhar esse conceito usou-se o autor Manzini (2008). Transformando sucatas tecnológicas em arte, os alunos tiveram a oportunidade de trabalhar toda a sua criatividade através da reciclagem. Criando acessórios, jogos de tabuleiros e objetos de decoração, os alunos do curso associaram conhecimento de sustentabilidade com uma possível fonte de renda proveniente do artesanato produzido por meio da sucata.

Considera-se de relevante importância a abordagem do tema, pois cada vez mais se observa o aumento no descarte inadequado de equipamentos eletrônicos, assim como um aumento da exclusão digital entre os moradores das periferias das grandes cidades que possuem uma menor fonte de renda. Buscar alternativas para gerar oportunidades na inclusão digital ainda é fator desafiador no nosso país.

Por meio de pesquisa bibliográfica a segunda seção aborda os diferentes conceitos e tipologias de políticas públicas. O problema político e os atores políticos também serão abordados nesse capítulo, assim como as dinâmicas das relações dos atores públicos. O capítulo ainda traz um breve histórico da educação ambiental como política pública no Brasil, e como surgiu o conceito de desenvolvimento sustentável que passa a reorientar as políticas de desenvolvimento com relação direta as questões ambientais. Autores como Layrargues (2013) e Rosa (2007) foram consultados para um melhor aprofundamento no tema. Finalizando esse capítulo alguns conceitos sobre inclusão e exclusão digital são abordados sob a ótica de alguns autores como Lévy (2000) e Silveira (2013).

A terceira seção traça um diagnóstico do bairro onde está situado o CCBJ, um histórico do centro cultural juntamente a trajetória de implementação das escolas de arte. A seção é finalizada com a metodologia utilizada para o desenvolvimento da pesquisa evidenciando os procedimentos e instrumentos utilizados em uma pesquisa documental, baseado nas obras dos seguintes autores: Cellard (2009), Gil (2017), Martins; Theophilo (2009)

A quarta seção traz uma análise dos resultados da pesquisa, onde se compara as propostas iniciais dos cursos Metareciclar e Resíduo Tecnológico Vira Arte, com o resultado final apresentado pelo CCBJ.

Finalmente, na quinta seção, são apresentadas as considerações finais, onde o resultado da pesquisa, em sendo uma ação prática realizada em um centro cultural com exposições ao final de cada curso, poderá ser comprovado.

Com um cronograma cumprido sistematicamente desde seu projeto de implementação até a formação das primeiras turmas, entre os anos de 2016 e 2018, os cursos Metareciclar e Resíduo Tecnológico Vira Arte ofertados pelo CCBJ, demonstraram eficiência no processo de inclusão digital para jovens e adultos da região do GBJ. Com uma carga horária e planos de aulas respeitados, os cursos demonstraram cumprir com o programa pré-estabelecido. Através de exposições, de registros feitos em diários de aulas e eventos realizados logo após o término do curso, pode-se ter a real dimensão do efeito prático desses cursos para a comunidade dessa região.

2 O CENTRO CULTURAL BOM JARDIM E AS POLÍTICAS PÚBLICAS

A presente seção desse trabalho, que se apresenta em forma de dissertação de mestrado, tem como objetivo trabalhar algumas categorias que se farão necessárias no decorrer de toda a pesquisa. Serão trabalhados alguns conceitos essenciais para o desenvolvimento dos próximos capítulos dessa dissertação. Os conceitos e as divergências de diversos autores sobre políticas públicas, assim como historicizar a educação ambiental no Brasil e conceituar inclusão digital, será tido como o fio condutor inicial dessa pesquisa. No decorrer do capítulo também será feito algumas observações sobre o Centro Cultural Bom Jardim (CCBJ), ponto principal dessa pesquisa, e os cursos relacionados a educação ambiental e a inclusão digital, que são ofertados a comunidade do grande bom jardim como aplicação direta de políticas públicas na periferia de Fortaleza

As políticas públicas são como uma espécie de ponto principal a serem consideradas em todos os governos. Provenientes de demandas populares ou de estudos realizados a fim de sanar determinados problemas sociais, as políticas públicas devem ser tidas como prioridade nos mandatos dos atuais e dos futuros líderes eleitos pela vontade popular. Algumas políticas públicas fazem parte de uma nação independente do tipo de líder eleito, estão previstas na constituição. Outras são adquiridas através de protestos e mobilizações populares na tentativa de resolver ou amenizar alguns problemas existentes. Educação, saúde, moradia etc. são alguns dos temas dos quais alguns estudiosos sobre políticas públicas se debruçam. A educação ambiental que desde 1977 passou a ser considerada um tipo de política pública no Brasil vem sendo praticamente exterminada dos currículos escolares. Esse tipo de políticas públicas, tendo como ponto principal o meio ambiente, passa a ser encontrado somente em lugares fora das escolas, ou em centros comunitários sociais como é o caso do Centro Cultural Bom Jardim, no grande Bom Jardim.

No CCBJ (Centro Cultural Bom Jardim) pode-se encontrar diversos cursos, tanto para a capacitação artística,(através do teatro e da dança) quanto para a formação na área da educação ambiental como o curso metareciclar que é um curso voltado para um público da comunidade do grande Bom Jardim interessado na educação ambiental através da reciclagem do lixo eletrônico e a inclusão digital, também abordada no curso, através do reuso de equipamentos eletrônicos doados ao centro por empresas privadas. O CCBJ é uma conquista dos moradores do bairro Bom

Jardim. Diretamente ligado a Secretaria De Cultural, o centro cultural é símbolo de uma vontade popular do bairro. Através de uma comunidade organizada, e que soube reivindicar por melhorias no bairro afim de dar aos jovens e adolescentes uma qualificação, o CCBJ entra na periferia de Fortaleza como um exemplo claro de políticas públicas implantadas através de uma reivindicação popular.

Todas as sociedades possuem diferenças. Algumas são mais organizadas, outras menos, mas todas possuem características que as distinguem e que ao mesmo tempo as colocam frente a frente com suas semelhanças. É no campo das diferenças que encontramos a mola mestra dos conflitos. São ideias, valores, costumes, hábitos, interesses e desejos distintos. Esses conflitos, por sua vez, são os principais responsáveis e motivadores da transformação da sociedade. Todas essas características fazem com que surjam conflitos e tornem os movimentos da vida em sociedade extremamente complexos. Alguns conflitos são administráveis de maneira pacífica e outros requerem processos mais delicados para sua resolução. Para administrar esses conflitos existem duas vias possíveis: a coerção e a política.

Aplicada a fim de administrar o conflito, a coerção refere-se ao conjunto de atividades de repressão e de punição das transgressões as normas, mediante a aplicação, potencial ou afetiva, da violência física. Do ponto de vista estratégico, segundo Rua (2009), a coerção é uma alternativa de utilização restrita, já que, quanto mais utilizada, menor a sua efetividade e mais elevado resulta o seu custo.

Resta, então, a política. A política envolve coerção em potencial, mas não se limita a ela. Ao contrário: admite vários outros mecanismos, destinados a tornar desnecessária a própria coerção.

Nesse momento cabe a indagação do que é política. SCHMITTER (1979, p. 38) estabelece uma definição para tal questionamento, ressaltando sua função: “a função da política é a de resolver conflitos entre indivíduos e grupos, sem que este conflito destrua um dos partidos em conflito”. Percebe-se que para o autor, política é a resolução pacífica de conflitos, no qual a parte vitoriosa executa uma trajetória moderada de situações vitoriosas, mas sem exterminar a outra parte participante no conflito.

Observa-se, no entanto que o conceito anterior é amplo. Para RUA (2013, p.6) é possível delimitar um pouco mais o conceito de política, considerando que “a política consisti no conjunto de procedimentos formais e informais que expressam

relações de poder e que se destinam à resolução pacífica dos conflitos quanto a bens públicos.”

2.1 TIPOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Para a ciência política tradicional, as *policies* seriam um resultado das dinâmicas de enfrentamento, da disputa de poder e resolução de interesses entre os atores, os denominados *politics*. Dessa forma, seria descartada a necessidade de entender a *policies*, pois a *politics* funcionaria como uma variável independente, nesse caso, essas variáveis ditariam com total autonomia o caminho a ser seguido. David Easton (1953) e seus seguidores da escola de pensamento sistêmico das ciências políticas entendiam as políticas públicas como um produto do processo político que transforma *inputs* (demandas e apoios) em *outputs* (decisões e ações).

Theodore Lowi (1972) acrescenta a discussão um ponto crucial, executando assim uma reviravolta na relação casual entre política (*policies*) e políticas públicas (*public policies*). Lowi (1972) afirmou que “*policies determine politics*”, ou seja, as políticas públicas determinam a dinâmica política. Pode-se dizer que de acordo com o tipo de política pública que está em jogo, os interesses, os tipos de coalizões, demanda e pressão, a estruturação do conflito e o equilíbrio de poder se modificam.

Para Lowi o conteúdo de uma política pública pode determinar o processo político, indicando a direção, e por esse motivo merece ser estudado. O analista de políticas públicas deve assumir esse papel com total capacidade e compromisso para entender os detalhes e as particularidades que estão em volta de uma política pública, assim como possuir a destreza de extrair dali seus elementos essenciais. O analista político poderá recorrer a tipologias que o ajudará a sintetizar as descrições de conteúdo, a fim de eliminar materiais extensos e cheios de detalhes e repleto de tecnologia técnica que frequentemente mostra-se inútil na construção teórica significativa. Essas tipologias captam a essência do conteúdo em meio a descrições extensas e exaustivas.

2.1.1 Tipologia de Lowi

O “impacto esperado na sociedade” (LOWI 1964, p. 689). Baseado nesses critérios a tipologia de Theodore J. Lowi, inicialmente foi formulada em seu artigo publicado na revista *word politics*, em 1964, em seguida passou por aprimoramento sucessivos, em vários trabalhos até conseguir chegar a esse critério. Constata-se, segundo esse critério de Lowi, quatro tipos de políticas públicas:

As políticas regulatórias, que estabelecem padrões de comportamentos, serviços ou produtos para atores privados e públicos. As regras entram como ferramenta principal nesse tipo de política. Segundo Lowi (1964) de acordo com o confronto na aprovação ou não aprovação de uma determinada política pautada nos atores participantes é resultado de uma capacidade de obter um resultado positivo, segundo os interesses de cada parte envolvida nesse embate. Os atores medirão forças na exaustiva tentativa de aprovação para suas ideias regulatórias na sociedade.

Políticas distributivas: nesse caso o benefício da implementação desse tipo de política é um irregular benefício entre a coletividade. Um exemplo claro para esse tipo de política é a isenção fiscal aplicada por alguns Estados para tornar-se mais atrativos para o mercado. Subsídios, gratuidades de taxas para certos usuários do serviço público, e renúncias fiscais compõem a política distributiva. Observa-se nesse caso, uma arena menos conflituosa, visto que quem paga para sua implementação é a coletividade. Porém, essa política traz consigo uma questão de suma importância a ser questionada e resolvida: quem se beneficiará? De acordo com Lowi (1964), esse tipo de política se desenvolve em áreas onde se predomina o “toma lá dá cá”. Essa “moeda” de troca é facilmente observada em governos que está pautado no presidencialismo de coalizão, onde para se aprovar emendas parlamentares, os cargos e pastas de ministérios ficam em oferta em troca do apoio parlamentar.

Políticas redistributivas: nessa categoria os benefícios e os custos são concentrados em determinadas categorias de atores. É considerado o tipo de política mais conflituosa, pois representa, literalmente, ganhos e perdas. Nessa política alguns grupos ganham, mas para isso outro tem que perder, ou seja, um jogo de soma zero. As cotas raciais estão inseridas nesse tipo de política, assim como políticas de benefícios sociais. Segundo Lowi (1964), as políticas redistributivas não recebem esse rótulo pelo resultado redistributivo efetivo, mas sim, pela expectativa de contraposição

de interesses completamente antagônicos. Com uma dinâmica quase que totalmente elitista a arena política redistributiva, na sua essência, demonstra a formação de duas elites; uma demandando a efetivação da política e a outra lutando para que a política seja descartada.

E por último Lowi (1964), apresenta as políticas constitutivas: tais políticas seriam as responsáveis por estabelecer as regras sobre as regras, ou seja, as regras sobre os poderes. As políticas que definem as competências, jurisdições, regras da disputa política e da elaboração de políticas públicas estão inseridas nas políticas constitutivas. Por se encontrarem acima dos outros três poderes, são chamados de *meta-polices*. Também são responsáveis por moldarem a dinâmica política nessas arenas.

Outra tarefa difícil de ser executada seria conseguir, com clareza, diferenciar pontos entre essas políticas. Isso se dá devido à dificuldade em reconhecer as fronteiras que separam esses quatro tipos de políticas. É notório nas políticas públicas características de duas ou mais tipos de políticas. A tipologia de Lowi segue despertando interesse nos meios acadêmicos e profissionais por sua utilidade para estudos comparativos.

2.1.2 Tipologia de Wilson

Adotando o critério da distribuição dos custos e benefícios, James Quinn Wilson, formulou sua tipologia. Os benefícios e custos da política pública na sociedade, tem em Wilson seu maior defensor e corrobora para a tipologia de Lowi.

As políticas clientelistas de Wilson (1983), reforça a tipologia das políticas distributivas de Lowi (1964). Esse tipo de política serviria para beneficiar determinados grupos concentrados, mas os custos são distribuídos e difusos na coletividade.

As políticas de grupos de interesses são aquelas em que custos e benefícios pairam sobre determinados grupos, portanto seus benefícios são restritos, atingindo um determinado grupo. Nota-se que esse tipo de política tem semelhança e correspondem as políticas redistributivas de Lowi (1964). São as políticas mais conflituosas.

As políticas empreendedoras consideram os custos em uma determinada categoria para benefícios coletivos. Esse tipo de políticas públicas não foi previsto por Lowi em sua tipologia. Pode-se observar o grande diferencial da tipologia de Wilson.

Wilson (1983) estabelece por fim as políticas majoritárias que são referenciadas como sendo o tipo de política, na qual, custos e benefícios são distribuídos pela coletividade. Essa categoria chega a ser a mais numerosa em exemplos diários: instituições de serviços públicos de educação, saúde, segurança etc.

2.1.3 Tipologia de Gormley

Gormley (1986) tem como base dois aspectos para considerar a sua tipologia. O primeiro desses aspectos diz respeito a saliência, que segundo Gormley, um assunto torna-se saliente quando afeta um grande número de pessoas de modo significativo. O segundo aspecto é o que Gormley chama de complexidade. Para ele algo complexo algo complexo levanta questões fatuais que não podem ser respondidas simplesmente por amadores ou generalistas.

As políticas de sala operativa têm como exemplo as regulamentações sobre organismos geneticamente modificados, licenciamento de medicamentos etc. essas políticas conseguem claramente o apelo popular, e são tecnicamente muito densas.

Já no grupo pertencente as políticas de audiência, observa-se as políticas públicas mais simples para sua elaboração e estrutura, todavia tendem a atrair a atenção das pessoas, partidos, mídia etc. pode-se tomar como exemplo a regulamentação sobre o aborto, a política de cotas raciais etc.

O grupo da política de sala de reuniões tem como exemplos pacotes de reformas administrativas, regras para o setor bancário etc. devido ao tipo de política, esse grupo dificilmente atrai a atenção popular, pela a necessidade de se possuir um certo grau de conhecimento técnico na formatação dos contornos das políticas públicas.

As rotinas administrativas para os agentes públicos, regulações quanto a prestação de informações dos cidadãos e empresas para o Fisco etc. estão inseridas e servem como exemplos para o grupo de políticas do baixo clero, menos complexas. Devido a sua simplicidade de elaboração recebem o nome “baixo escalão” e não atraem a atenção popular.

Para Gormley (1986), quando um analista tem a capacidade de categorizar uma política pública, nesse esquema, ele conseguirá prever de maneira clara o

comportamento de políticos, burocratas, cidadãos, meios de comunicação, e ainda resultar na previsão dos mecanismos de decisão, assim como diagnosticar patologias do processo decisório que, por ventura, podem surgir. Para Gormley, assim como para Lowi e Wilson, o conteúdo de uma política pública é entendido como variável independente, e destaca-se a dinâmica política como a variável dependente do processo.

2.1.4 Tipologia de Gustafsson

Gustafsson (1983) também propõe sua tipologia utilizando como critério de distinção o *policymaker*, sua intenção e conhecimento.

Para Gustafsson as políticas públicas reais são aquelas que em sua essência são constituídas de intenção para resolver um problema público, através do conhecimento específico para resolvê-la. Estas são as políticas públicas ideais, os *policymaker* geralmente primam para que suas políticas públicas pertençam a essa categoria.

Gustafsson (1983) também cita as políticas simbólicas, que são aquelas em que os *policymaker* até possuem condições e conhecimento, para elaborá-las, mas não existe interesse em colocá-las em prática. São as políticas de faixada. Quando empregadas não se sustentam por muito tempo, pois não há um interesse para que ela funcione e obtenha êxito. Trata-se de uma política para o ganho de capital político, e não para o enfrentamento real e efetivo do problema público. A política simbólica tem um potencial puramente figurativo diante dos problemas reais, ela ocupa seu lugar como políticas públicas, mas não soluciona as demandas.

As pseudopolíticas são aquelas nas quais o *policymaker* não possui conhecimentos para executá-las. Poderá, inclusive, por parte do *policymaker*, observar-se determinado interesse para que essa política seja implementada, mas por falta de conhecimentos para estruturá-la adequadamente a torna inviável, e difícil de ser realizada.

Já a política sem sentido é para Gustafsson, aquela elaborada sem conhecimentos específicos sobre o problema ou sem alternativas de solução para o problema. Essa política é vazia de intenções e conhecimentos. O cinismo do *policymaker* é demonstrado nesse tipo de política na tentativa de resolução para um problema público.

Gustafsson (1983) assim como na tipologia de Lowi, admite que sua tipologia seja um ideal-tipo, bastante útil para análise, todavia possui suas limitações na prática. Frequentemente as políticas públicas acumulam aspectos de realidade, efetividade, simbolismo e incompetência.

2.1.5 Tipologia de Bozeman e Pandey

Bozeman e Pandey (2004) se utilizam de uma outra forma para distinguir as políticas públicas. De acordo com esses autores, as políticas públicas e seus conteúdos são divididas em duas partes: a distinção entre conteúdo técnico e conteúdo político.

Políticas públicas de conteúdo essencialmente político são aquelas que em sua implementação apresentam conflitos relevantes no estabelecimento de objetivos e no seu ordenamento. Nesse tipo de política pública, identifica-se com facilidade quem ganhará e quem perderá antes mesmo de sua implementação.

As políticas públicas de conteúdo técnico apresentam poucos conflitos com relação aos objetivos e ao ordenamento deles, mas não significa que deixe de ocorrer conflitos no que diz respeito aos métodos.

Essa tipologia traçada por Bozeman e Pandey apresenta dificuldade logo de imediato, pois resulta que, políticas públicas em essência podem ser alteradas ao longo do ciclo de políticas públicas. Alguns tipos de políticas públicas, aparentemente técnicas na fase de estudos de alternativas, acabam por revelarem-se fortemente política na tomada de decisão.

2.2 OS DIFERENTES CONCEITOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Através de instrumentos variados, o conceito de políticas públicas, que na sua origem tem uma raiz bastante abstrata, vai se materializando. Para Secchi (2013) as políticas públicas tomam forma de programas públicos, inovações tecnológicas e organizacionais, subsídios governamentais, rotinas administrativas, decisões judiciais, coordenação de ações de uma rede de atores, gasto público direto, contratos formais e informais, entre outros.

Admitindo algumas polemicas e muitas definições, o conceito de políticas públicas é impreciso e extremamente complexo. Mas, o que são políticas públicas?

Esse tipo de pergunta nos remete a várias discussões, de várias vertentes teóricas inconclusas, juntamente a autores relevantes que defendem pontos divergentes.

A imprecisão e a dificuldade em conceituar políticas públicas, faz com que Celina Souza (2006), afirmar que a expressão “políticas públicas” pode referir-se a diferentes objetos: um campo de atividade governamental, como exemplifica a política agrícola; uma situação social, desejada, como a política de igualdade de gênero; uma proposta de ação específica, como a política de ações afirmativas; uma norma quanto ao tratamento de determinado problema como a política de fontes de energia renováveis; ou mesmo um conjunto de objetivos e programas que o governo possui em um campo de ação, como a política de combate à pobreza.

Observa-se que as várias definições de políticas públicas vistas na literatura, com frequência demonstram muitas semelhanças entre si, no entanto, isso é apenas uma impressão. O que se percebe é um leque de entendimentos diversos entre os autores, que na maioria das vezes não dialogam entre si e tão pouco compactuam da mesma ideia.

Para SECCHI (2016), uma política pública é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público. As políticas públicas possuem dois elementos fundamentais: intencionalidade pública e resposta a um problema público. Traduzindo em miúdos dizendo que, a razão para o estabelecimento de uma política pública é o tratamento ou a resolução de um problema entendido como coletivamente relevante.

Secchi (2016) também entra no consenso de que qualquer definição de políticas públicas é arbitrária. Essa conclusão decorre a quantidade de disparidade de respostas para alguns questionamentos básicos e a falta de consenso na literatura especializada. Ainda para o autor, conceituar políticas públicas nos põem diante de alguns problemas conceituais. Problemas esses nomeados por ele como “nó conceitual”.

Ainda para Secchi (2016), o primeiro nó conceitual vem pelo fato de alguns autores defenderem a abordagem estatista, enquanto outros defendem a abordagem multicêntricas. Na abordagem estadista ou estadocêntrica, é considerada as políticas públicas como monopólio dos atores estatais, em outras palavras, é política pública somente quando emanada de ator estatal (Hecló, 1972, Dye, 1972, Bucci, 2002).

Já na abordagem multicêntrica ou policêntrica, leva em consideração organizações privadas, assim como organizações não governamentais, organismos

multilaterais, redes de políticas públicas, e os atores estatais como protagonistas no estabelecimento das políticas públicas (Regonini, 2001, Hajer, 2003).

Deve-se levar em conta que, em geral, as políticas públicas são elaboradas dentro do aparato institucional-legal do Estado, ainda que as iniciativas e decisões tenham diversas origens.

Para a abordagem estatista os atores não estatais até tem influência no processo de criação e elaboração das políticas públicas, assim como faz-se necessário sua participação para compreender as demandas de tais políticas, mas não confere a eles o privilégio de decidir e liberar um processo de política pública. Enquanto na vertente multicêntrica os atores estatais são plenamente contemplados na tomada de decisão e implementação das políticas públicas.

Secchi (2016, p. 5) conclui afirmando que: “a essência conceitual de políticas públicas é o problema público”. O que vai definir se uma política é ou não pública é a resposta a um problema público, é quando ela surge na intenção de resolver um problema público, ficando em segundo plano se tal decisão veio proveniente de um ator estatal ou não estatal.

Outro nó conceitual sobre políticas públicas para Secchi é a exaltação do debate sobre o conceito feito por Dye (1972, p. 1) quando afirmou que a política pública é “tudo aquilo que os governos escolhem fazer ou não fazer” com essa afirmação a negligência e a omissão também significaria política pública.

Independentemente do nível de análise, ou do nível de operacionalização o conceito de política pública está vinculado a tentativa de enfrentamento de um problema público.

As políticas públicas provem dos *inputs* e *withinputs*. A primeira delas é a demanda proveniente do povo, e a segunda é uma demanda do próprio sistema político. Quanto as demandas para as políticas públicas, elas podem ser, segundo Rua (2009), demandas nova, demandas recorrentes e demandas reprimidas.

2.2.1 As Demandas Novas

Os novos atores políticos ou os novos problemas ocasionam e justificam as chamadas demandas novas. Para Rua (2013), os novos atores são considerados aqueles que já existiam, mas não eram organizados. A partir do momento em que se organizam, passam a pressionar o sistema político e aparecem como novos atores

políticos. Já os novos problemas são problemas que não necessariamente não existiam, eles poderiam existir ou não antes. São problemas que não pressionavam, ou não chegavam a pressionar o sistema e apresenta-se como problemas políticos a exigirem solução. Dentre esses problemas podemos citar como exemplo a questão ambiental, tema motivador dessa pesquisa.

2.2.2 As Demandas Recorrentes e Demandas Reprimidas

São as demandas de problemas não resolvidos ou mal resolvidos que aparecem e reaparecem no debate político e na agenda governamental. Quando as demandas se acumulam ocorre o que Rua (2013) chama de “sobrecarga de demandas”: crise que ameaça o sistema. A partir daí inúmeras consequências ocorrem como a instabilidade e ruptura institucionais e as crises de governabilidade. E por último existem as demandas reprimidas que são aquelas constituídas por “estado de coisas”.

2.3 OS ATORES POLÍTICOS

Pode-se então atestar que a política compreende um conjunto de procedimentos voltados a resolução pacífica de conflitos em torno da alocação de bens e recursos públicos. Esses conflitos são constituídos de atores políticos, que por sua vez são diversos e dotados de características distintas. Os atores políticos podem ser públicos ou privados. Os atores públicos são aqueles que exercem funções públicas e mobilizam os recursos associados a essas funções. Dentre esses atores destacam-se os políticos e os burocratas.

Os políticos são aqueles que resultam de mandatos eletivos. São os parlamentares, governadores, prefeitos e membros eleitos do executivo federal. Os burocratas são os que devem à sua posição à ocupação de cargos que requerem conhecimento especializado e que se situam em um sistema de carreira pública e principalmente controlam recursos de autoridade e informação. Embora não possuam mandatos, os burocratas possuem projetos políticos pessoais e organizacionais.

No que diz respeito aos atores privados é notório o destaque a classe empresarial. São atores dotados de capacidade em influenciar a política e às políticas públicas, já que controlam a economia do país. Decidem as atividades de produção,

oferta de emprego e parcelas do mercado. Os empresários se manifestam como atores individuais isolados ou como atores coletivos.

Para Rua (2013) um outro tipo de ator importante para a política são os trabalhadores. A ação organizada dessa categoria através dos sindicatos, ONGs, Partidos políticos e até mesmo as igrejas, resulta em importantes e significativos movimentos. A importância estratégica do setor onde os trabalhadores atuam vai mostrar o maior ou menor poder de pressão.

Outro fator de grande importância no processo político são os organismos internacionais, que podem ser financeiros ou parceiros comerciais internacionais. Além desses dois exemplos pode-se observar um outro tipo de agente no cenário internacional, que são os atores transnacionalizados provenientes do processo de globalização e concentram grandes parcelas de poder, principalmente no mercado financeiro e nas telecomunicações, e ainda no mercado de armas e no crime organizado. Podemos ter como exemplo a interferência do crime organizado, às facções nas eleições, não somente no estado do Ceará, mas em grande parte do Brasil.

Por fim a importância e o papel da mídia, seja local, nacional ou internacional manipulando as informações e favorecendo determinados grupos ou segmentos da sociedade. Os jornais e a televisão são importantes agentes formadores de opinião que possuem capacidade de mobilizar a ação dos outros atores. Associado a isso encontramos a mídia eletrônica, com uma rapidez impressionante na tarefa de mobilizar ou oprimir grupos e atores para determinadas manifestações. Ainda com relação a mídia eletrônica, quanto maior seu alcance, maior o seu poder de mobilização. Por esse motivo se faz necessário a inclusão digital, para que determinados grupos não prevaleçam sobre outros e não tenham acesso privilegiados a determinadas informações. O CCBJ, através do curso metareciclar buscar inserir jovens e adolescentes da periferia de Fortaleza, do bairro Bom Jardim, no acesso à tecnologia. Esse projeto no centro cultural que é um dos objetos dessa pesquisa, tem tido êxito ao longo da sua implementação.

Mas, como identificar os atores em uma política pública? Segundo Rua, existem vários critérios. Todavia segundo a autora o mais simples deles e eficaz é estabelecer quem tem alguma coisa em jogo na política em que estão, ou seja, quem pode ganhar ou perder com tal política. Quem tem seus interesses diretamente

afetados pelas decisões e ações que compõem a política em questão. Esse seria a maneira mais simples de identificar os atores de uma política pública.

2.4 O PROBLEMA POLÍTICO

Problema público é a diferença entre a situação atual e uma situação ideal possível para a realidade pública. Naturalmente a definição para problema público vai depender de sua interpretação. Caso esse problema tenha implicações para uma quantidade razoável de pessoas ou qualidade notável de pessoas, podemos considerá-lo público. Em resumo, um problema se torna público quando os atores políticos intersubjetivamente o consideram problema e público. Deve-se levar em consideração, também não só a quantidade, mas a qualidade de pessoas, que ensejam uma política pública também está sujeita a uma interpretação.

Algumas situações podem existir incomodar a população por muito tempo e não chegarem a ser pauta e mobilizar as autoridades governamentais. Nessa situação temos um exemplo bem claro ao que seria um “estado de coisas” algo que incomoda gerando insatisfação para muitos, prejudica, mas não chega a fazer parte da agenda governamental, não passa a fazer parte das prioridades do governo. No caso desse estado de coisas tornar-se uma preocupação para às autoridades fazendo-se necessário uma discussão e tomada de decisões na agenda governamental então estamos diante de um estado de coisas que evoluiu a categoria e tornou-se um problema político.

É provável que isso nem sempre aconteça. Existem situações que permanecem estados de coisas por um longo período, ou até mesmo por tempo indeterminado e nunca chegam a serem incluídos na agenda governamental. Esse estado de coisas se depara com barreiras culturais e institucionais em seu percurso que impedem que se inicie, sequer, o debate público de tal tema.

Segundo da Rua (2013), um estado de coisas geralmente se transforma em problema político quando mobiliza ação política, exigindo a atenção dos líderes políticos. Para se configurar como problema político da Rua afirma que o estado de coisas deve apresentar algumas das seguintes características:

- a. Mobilize ação política: seja ação coletiva de grandes grupos, seja ação coletiva de pequenos grupos, mas com muita influência e com recursos de poder, ou seja, ação de atores individuais estrategicamente situados;

b. Constitua uma situação de crise, calamidade ou catástrofe, de maneira que o ônus de não resolver o problema seja maior que o ônus de resolvê-lo;

c. Constitua uma situação de oportunidade, ou seja, haja vantagens, antevistas por algum ator relevante, a serem obtidas como o tratamento daquele problema.

Deixando de ser um estado de coisas uma questão ou demanda passa a fazer parte da agenda política governamental. No que diz respeito a formulação das alternativas, segundo da Rua (2013), é um dos mais importantes momentos do processo decisório, porque é onde se observa claramente as preferências dos atores envolvidos, manifestando seus interesses e ocasionando o confronto entre os diversos atores. Nota-se que cada um deles possui recursos de poder, seja através de influência, da capacidade de afetar o funcionamento do sistema, ou através de meios de persuasão, movimentos organizados etc. cada um dos atores envolvidos manifesta suas preferencias e as defendem. Cada alternativa que beneficia um ator é uma preferência, dessa forma o conflito se desenvolve e as discussões se acaloram. Assim, dependendo da sua posição os atores podem ter preferências muito diversas uns dos outros quanto a melhor solução para um problema político.

As preferencias vão depender das vantagens e desvantagens para cada ator envolvido no processo, isso seria o cálculo do custo/benefício. Este cálculo não se restringe a custos econômicos ou financeiros. Dentro desse cálculo pode-se observar valores simbólicos, como prestígio ou elementos políticos, como ambições de poder e ganhos ou perdas eleitorais (Rua, 2013).

Em relação as preferencias e expectativas de resultados de cada proposta e alternativas para solucionar um problema, todos os atores envolvidos executam e estabelecem alianças entre si gerando uma disputa. Como resultado desses empates temos as arenas políticas, que por sua vez são distribuídas em várias categorias.

2.5 AS DINÂMICAS DAS RELAÇÕES ENTRE OS ATORES PÚBLICOS

A dinâmica executada nas relações entre os atores pode obedecer a três padrões: lutas, jogos e debates. Na luta ocorre geralmente uma situação na qual para que um ator ganhe ou outro tem que perder. Levando em consideração essa característica fundamental, é a pior de todas as situações em política. Já nos jogos a

situação é vencer os adversários em uma questão específica; é derrotá-lo em um ato, mas não o eliminar totalmente do processo. Isso faz com que o adversário em uma situação futura possa ser um aliado útil. Essa situação é a mais típica do mundo da política, sendo exemplificada pelas negociações, barganhas, coalizões de interesses etc.

E por fim temos os debates onde a estratégia utilizada é tentar convencer o adversário e fazê-lo aceitar suas propostas. Nesse caso vence aquele que se mostrar capaz de transformar o adversário em um aliado. A lógica utilizada é a da persuasão. Os conhecimentos técnicos são explorados ao máximo e podem desempenhar um papel crucial no desfecho do embate. De acordo com Lindblom (1981), no jogo do poder diversos são os procedimentos ou táticas utilizadas pelos atores. A persuasão é a tentativa de buscar a adesão pela a avaliação das possibilidades de um determinado curso de ação envolvendo análise e argumentação

O intercambio também é uma tática bastante utilizada pelos atores, e frequentemente eles se apropriam dela para estabelecerem trocas de favores, de apoios e benefícios, como dinheiro, cargos, bens etc. na falha da persuasão e do intercâmbio, os atores também recorrem à ameaça. As ameaças podem se referir a imposição de danos ou prejuízos, ou a suspensão de favores ou benefícios. Os embargos também compõem o leque de atitudes tomadas na categoria de ameaças.

A pressão pública também aparece como uma forma de atuação realizada por atores individuais ou coletivos. Nesse processo encontramos desde manifestações nos meios de comunicação, até atitudes muito radicais como greves de fome e manifestações coletivas pacíficas ou violentas, capazes de causar o constrangimento e mobilizar a opinião pública através da chamada da imprensa e dos possíveis atores internacionais, para o problema exposto.

Ainda dentro da dinâmica das relações entre os atores políticos, pode-se observar o exercício da autoridade, que vai exigir a obediência dos outros atores envolvidos no processo. Este exercício pode ser direto ou indireto. A negociação e o compromisso também são utilizados nas dinâmicas entre as relações dos atores políticos públicos. Encontrar soluções que se adequem a ambos as partes fazendo com que elas se sintam contempladas, ou ao menos satisfeitas com o que obtiveram, faz parte desse processo. Sair acreditando que ganharam alguma coisa é fundamental para que os atores não se sintam prejudicados e percebam-se convictos de não terem perdido tudo.

Segundo Rua (2013), esses são apenas os procedimentos mais comuns, podendo haver outros. A autora salienta a importância de se observar um procedimento que recebe o nome de obstrução. Rua diz que a obstrução se trata do uso de recursos de poder para impedir, atrasar, confundir, ludibriar de tal maneira que o custo de determinadas alternativas se tornam inviáveis e tão elevados que os atores acabam por se desgastar, e por abandonar, ao menos temporariamente, a luta em torno de uma demanda ou uma alternativa. Quando a obstrução se manifesta observamos uma paralisia total nas decisões necessárias de tal forma que todos os atores ficam impossibilitados de obter qualquer solução admissível para aquele problema. A obstrução ocorre até mesmo antes da formulação do problema, impedindo que ele evolua de um estado de coisas a um problema político.

2.6 O PROCESSO DE FORMULAÇÃO DE ALTERNATIVAS

Uma vez que um problema passe de um estado de coisas tornando-se um problema político e fazendo parte assim da prioridade governamental, é iniciado o processo de formulação de alternativas. Rua destaca diferentes formas de pensar uma solução para um problema político e sua demanda. Destaca-se o MODELO INCREMENTAL, a outra é o chamado MODELO RACIONAL-COMPREENSIVO, e por último existe uma terceira modalidade que em sua essência mescla as duas primeiras opções e seria a denominada MIXED-SCANNING.

O modelo incremental – que tem em Lindblom (1959) um dos seus seguidores, consiste em uma gradual introdução na busca de uma solução para os problemas expostos, isso sem grandes modificações nas situações já existentes fazendo com que não venham à tona rupturas de qualquer natureza. Em vez de tornar explícito os objetivos e de avaliar que decisões podem atender a esses objetivos, os tomadores de decisão escolhem as alternativas mediante a comparação de alternativas específicas e da estimativa de quais dessas alternativas poderão melhor reproduzir os resultados esperados. Conclui-se, segundo esse modelo, que a melhor decisão não é aquela que maximiza os valores e objetivos dos tomadores de decisão, mas aquela que assegura o melhor acordo entre os interesses envolvidos.

Este modelo envolve e resulta em uma abordagem dos problemas em duas construções básicas. A primeira delas mostra que por mais adequada que seja a fundamentação técnica de uma alternativa, a decisão envolve permanentemente relações de poder. Assim, uma solução tecnicamente irrevogável pode se tornar politicamente inviável e chegar à conclusão de que não existem soluções perfeitas. O que ocorre são soluções adequadas a sanar determinados problemas, em um determinado período.

3 EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO POLÍTICA PÚBLICA NO BRASIL

Surgindo de uma forma, mais especificamente como uma resposta, urgente de mudança de comportamento e atitudes, a educação ambiental vem na perspectiva de sanar determinados erros civilizatórios propagados ao longo de nossa história. De duas maneiras, buscando estratégias para corrigir tais atitudes degradadoras e vorazes do meio ambiente, a educação ambiental se firma como alternativa eficaz e inovadora nas escolas, atacando em frente dupla, a frente social e a frente cultural. Ajudando o aluno na sua emancipação e colaborando para sua formação crítica, a educação ambiental colabora com as mudanças necessárias individuais e coletivas, socioculturais, de cada ser humano.

O Centro Cultural Bom Jardim (CCBJ) através de seus cursos ofertados anualmente abre espaço para cursos que capacitem e orientem a comunidade do grande Bom Jardim, em especial aos jovens e adolescentes da comunidade, no que diz respeito a educação ambiental através da reciclagem do lixo eletrônico. O curso chamado de metareciclar tem como objetivo fundamental a reciclagem de equipamentos eletrônicos ou o aproveitamento de tais equipamentos através do reuso.

Com o auxílio de professores capacitados em várias áreas, e um espaço amplamente preparado para o recebimento desses jovens com salas de aulas apropriadas e equipadas para o curso, o CCBJ tem contado com uma grande quantidade de pessoas interessadas em receber aulas e aprender um pouco mais sobre o tema.

A educação ambiental para essa comunidade tem ajudado a muitos jovens e adolescentes a conhecerem mais sobre o meio ambiente e a desenvolverem um pouco mais de consciência sobre a questão ambiental através de um uso responsável e inteligente de determinados equipamentos, mesmo sabendo que essas pessoas são as que menos consomem tais objetos, pois a maioria dos moradores dessa região sobrevivem com, no máximo, dois salários mínimos, e por esse motivo são as que menos contribuem com os descartes inadequados desses equipamentos.

Os recursos naturais e humanos vêm sendo apropriados indiscriminadamente de maneiras devastadoras desde a revolução industrial até os dias atuais por um modelo completamente devastador e degradador. Por volta dos anos de 1970, em virtude de problematizações ambientais amplas, iniciou-se uma

série de manifestações que culminaram na organização da Primeira Conferência Mundial do Meio Ambiente Humano, pela Organização das Nações Unidas. Essa conferência também ficou conhecida como a conferência de Estocolmo, e nela foram deliberados diversos temas, dentre eles destaca-se a visão do meio ambiente sob a perspectiva da educação. Assim, “a educação dos indivíduos para o uso mais equilibrado dos recursos foi apontada como uma das estratégias para a solução dos problemas ambientais” (TOZONI REIS, 2008, P.2), objeto esse reafirmado na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, no ano de 1992, na expectativa de alcançar o desenvolvimento sustentável. A partir desse movimento a educação ambiental passou a ser vista como campo de ação pedagógica, inaugurando uma nova fase na área das políticas públicas a serem implementadas, já que “visa a superação das injustiças ambientais, da desigualdade social, e da apropriação capitalista e funcionalista da natureza e da própria humanidade” (SORRENTINO et al, 2005, p. 287).

Já no caso do Brasil, a construção de políticas públicas nessa modalidade e que atendessem a essa demanda é um pouco mais tardia. A questão ambiental para as escolas teve prorrogada a sua chegada até a década de 90, quando o Ministério da Educação, o Ministério do Meio Ambiente e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA) desenvolvem ações para concretizar a educação ambiental nas escolas, e traçando parâmetros curriculares que colocam o tema como objeto transversal em todas as disciplinas, juntamente com a capacitação de professores e a sistematização de ações existentes. Dessa forma, surge a Política Nacional de Educação Ambiental caracterizada pela ampliação dos espaços a favor da multiplicidade dos atores envolvidos.

A educação ambiental, pode se assim dizer, além de desenvolver no indivíduo a consciência do coletivo, educando para a cidadania, ela também pode ser considerada um ato político, pois está contribuindo para uma coletividade mais consciente e responsável com o meio ambiente. Trabalhando e modelando cidadãos capazes de se firmarem com responsabilidade em decisões importantes no que diz respeito a uma consciência ecológica no mundo em que vivem. Nota-se que as pessoas mais engajadas com as causas ambientais tendem a ser mais responsáveis e mais participativas nos processos políticos da sociedade, assim como normalmente são pessoas capazes de tomar decisões responsáveis. Nesse sentido, pode-se encaixar perfeitamente o pensamento de Morin (2001), que vislumbra para o terceiro

milênio a esperança da criação da *cidadania terrestre*. O tipo de política de educação ambiental encontrada no Brasil, foi desenvolvida para apresentar-se como aliada dos processos que promovem uma “sociologia das emergências” (Santos, 2002), para evitar o trágico costume de silenciamentos a participação, a emancipação, assim como a diversidade e a solidariedade do povo brasileiro.

A educação ambiental atual está pautada em um aprendizado de um conhecimento no qual esteja em prática valores puramente éticos e nas regras políticas atuais, além de estar também apoiada em uma lógica de mercado desenvolvida para o consumo que muitas vezes são denominadas de empresa verde ou baixo o discurso do consumo responsável. Essas empresas ao surgirem com o título de “empresa verde” ganham o selo e o aval de empresas prioritárias na exploração dos recursos naturais, usando o argumento de que toda a exploração desses recursos segue as normas e regras de uma produção para um consumo consciente. A partir daí, sem que a sociedade se der conta, o famigerado ciclo vicioso do consumo se prolifera e a educação ambiental perde o foco no seu principal objetivo que seria, portanto, ser direcionada para a cidadania ativa considerando seu sentido de pertencimento e co-responsabilidade que, por meio da ação coletiva e organizada, busca a compreensão e a superação das causas estruturais e conjunturais dos problemas ambientais. Trata-se de construir uma cultura ecológica que compreende natureza e sociedade como dimensões intrinsecamente relacionadas e que não podem mais ser pensadas – seja nas decisões governamentais, seja nas ações da sociedade civil – de forma separada, independente ou autônoma (Carvalho, 2004).

Logo após a conferência de Estocolmo em 1972, o meio ambiente ganha status de política pública no Brasil, isso se deve as iniciativas das Nações Unidas em inserir o tema do meio ambiente nas agendas governamentais, assim é criada a SEMA (Secretaria Especial do Meio Ambiente), que está diretamente ligada a Presidência da República. Somente após a primeira conferência intergovernamental de Educação Ambiental, em 1977, é que a educação ambiental passa a ser introduzida e considerada estratégica no que diz respeito a sustentabilidade social e ambiental. Na mesma década tem início a discussão sobre um modelo de desenvolvimento harmônico entre as relações econômicas e o bem-estar da sociedade, assim como é posto em pauta um novo conceito chamado de ecodesenvolvimento, que em sua essência traz como definição uma gestão racional e responsável dos recursos

naturais, dessa forma Ignacy Sachs (1986) traz a tona um novo conceito a ser discutido.

Na década seguinte, em 1983, logo após o encontro da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento tendo como fruto, posterior a esse encontro, o Relatório Brudtland, em 1987 o conceito de ecodesenvolvimento é substituído por um novo conceito o de *desenvolvimento sustentável* que passa a reorientar as políticas de desenvolvimento com relação direta as questões ambientais. O conceito de desenvolvimento sustentável visivelmente indica o tratamento dado aos nossos recursos naturais por parte dos detentores do capital aliado aos interesses de mercado. Nota-se a propagação de um tipo de desenvolvimento colaborador e gerador das desigualdades sociais, produzindo desigualdades na distribuição e no acesso a esses recursos, aumentando a pobreza e a exclusão social.

Ainda contando com a tradição de que no Brasil existe a ideia de leis que “não vingam”, sabe-se que uma lei existe para ser cumprida, ou até mesmo questionada, de modo que após a promulgação da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), é criado no Ministério da Educação a Coordenação Geral de Educação Ambiental e no Ministério do Meio Ambiente, a Diretoria da Educação Ambiental.

A educação ambiental é inserida nas políticas públicas do Estado brasileiro no formato de crescimento horizontal e vertical, sendo que o primeiro seria de forma quantitativa e o segundo de forma qualitativa, e para o MEC a educação ambiental é entendida como uma espécie de incremento no currículo da educação pública, e para o Ministério do Meio Ambiente esta seria uma função de Estado completamente nova.

A educação ambiental no Brasil, enquadra-se perfeitamente no que Bourdieu (1998) denominou de “mão esquerda do Estado”, reunindo educadores, trabalhadores sociais, e todos aqueles que de certa maneira estão, e são ignorados pela chamada “mão direita do Estado” (áreas de financiamento, bancos e planejamento). Os atores da mão esquerda, muitas vezes são tomados de forma cruel pela dura realidade da luta desigual contra a mão direita, a qual é dona de grandes financiamentos e interesses globais na devastação ambiental favorecedora de um bem-estar para um pequeno grupo restrito e seletivo. A luta entre a reparação dos danos sociais e ambientais aliado a falta de recursos faz com que a biodiversidade, por exemplo, perca espaço para o avanço das fronteiras agrícolas. Esse caso pode ser tomado como um pequeno exemplo da profunda desigualdade que a falta de

consciência ambiental é geradora, e também considerada fator determinante para aprofundar a crise social existente no Brasil

Em um momento inicial, no Brasil, a educação ambiental é tida como um saber e uma prática fundamentalmente conservacionista, ou seja, nada mais seria que o simples despertar para uma prática educativa que tinha como meta a sensibilização humana para com a natureza, partindo da lógica que para amar seria necessário conhecer, e em seguida preservar. Esse primeiro momento deixaria de fora também as questões sociais como um problema ambiental, tudo isso guiado e orientado pela conscientização ecológica.

Provavelmente isso ocorre no Brasil devido a face mais visível da crise ambiental no seu período inicial que foi a degradação de ambientes naturais associado a imaturidade das ciências ambientais daquela época em compreender a complexidade das relações existentes entre natureza e sociedade. Os problemas ambientais resultavam de um processo inevitável de modernização, que seriam impossíveis de serem corrigidos. Foi do campo ambiental que a educação ambiental brasileira herdou a parte mais significativa de sua identidade e de suas realizações históricas. A partir da década de 1990 é que se pode observar os frutos da aproximação com o campo educativo. Em 1991, as vésperas da Conferência do Rio, é que o Ministério da Educação instituiu um grupo de trabalho permanente, a Coordenação de Educação Ambiental, que tinha como finalidade elaborar a proposta de sua atuação na área da Educação Ambiental formal, que mais adiante se consolidaria como a atual Coordenação Geral de Educação Ambiental. Vale lembrar que a discussão social na questão ambiental, antes desse período, obedecia ao contexto político autoritário e de cerceamento das liberdades democráticas no país, que marcou o período militar de 1964 a 1985, impedia a inserção de ideias políticas no debate e nas práticas ambientais. Lima (2011):

A interpretação e o discurso conservacionista que conquistaram a hegemonia do campo da Educação Ambiental no Brasil em seu período inicial, foram vitoriosos, entre outras razões, porque se tornaram funcionais para as instituições políticas e econômicas dominantes, conseguindo abordar a questão ambiental de uma perspectiva natural e técnica, que não colocava em questão a ordem estabelecida.

Com o tempo os educadores ambientais puderam perceber que assim como as concepções de meio ambiente, natureza, sociedade, educação, encontra-se também diferentes concepções de educação ambiental. A educação ambiental deixa de ser vista como uma prática solitária e passa a ser acompanhada por outras ciências, tornando-se uma prática plural, e sendo encontrada através de várias vertentes.

4 INCLUSÃO DIGITAL

Os programas de inclusão digital começaram a ser disseminados em países pobres por volta da década de 1990, devido a dois fatores: a popularização do computador e a difusão da internet. No caso do Brasil os primeiros pontos com acesso à internet localizaram-se na cidade de Curitiba transformando as bibliotecas públicas em pontos de acesso à internet para a população mais carente. Essa prática percorreu alguns países da América Latina, Ásia, África e mesmo em países desenvolvidos junto às populações carentes.

Assumindo diferentes formatos e contornos esses programas eram promovidos por entidades não governamentais, governos e empresas da área de tecnologia da informação e telecomunicações (TIC's) visando os interesses de seus patrocinadores e viés político. Todo esse empenho por parte dos patrocinadores tinha como base algo muito claro: que para a inserção econômica e produtiva na sociedade da informação, o acesso ao computador e a internet é algo essencial.

Nota-se alguns problemas nesses programas desde sua criação. Um dos mais emblemáticos é como se deve utilizar a tecnologia da informação para um melhor rendimento, entre a população mais carente. Os laboratórios de informática doados pelo Ministério da Educação (MEC) para escolas públicas passam por inúmeros problemas, sendo que o mais grave seria o de convencer diretores e professores de que esses laboratórios em escolas públicas, não devem permanecer fechados, e sim utilizados para a inserção dos alunos mais carentes nesse mundo digital. Sendo que a escola, na maioria das vezes, acaba sendo o único lugar de acesso às redes de comunicação para grande parte desses jovens e adolescentes. O Programa Nacional de Informática na Educação (ProInfo) é de 1997 e tem como prioridade ofertar o acesso à internet aos alunos de escolas públicas. Mesmo com muitas escolas convivendo com os laboratórios de informática trancados, sem uso, essa realidade vem sendo modificada ano a ano e vencida na maioria do país.

Essa resistência quanto ao uso dos laboratórios de informática se dá devido a um conjunto de fatores: falta de capacitação adequada da direção e dos professores, ausência de professores-monitores, dificuldade de assimilação de uma nova ferramenta pedagógica, medo de os equipamentos serem destruídos etc.

Esses laboratórios de informática são, para milhares de crianças e jovens, o primeiro contato com o computador e a internet. Mas porque muitos programas e

inclusão digital falham? Segundo a análise de casos feita por Warschauer (2006, p.21) mostra que o acesso pleno as TIC's vai muito além do fornecimento de máquinas e conexões:

Insere-se num complexo conjunto de fatores, abrangendo recursos e relacionamento físicos, digitais, humanos e sociais. Para proporcionar acesso significativo a novas tecnologias, o conteúdo, a língua, o letramento, a educação e as estruturas comunitárias e institucionais devem todos ser levados em consideração.

A necessidade de fortalecer os laços com a comunidade, um dos elementos importantes para o efetivo avesso as TIC's, foi um dos motivos que levou o Centro Cultural Bom Jardim, CCBJ, na cidade de Fortaleza no bairro do Bom Jardim no ano de 2006 a implantar um curso de inclusão digital através do curso Metareciclar.

O Centro Cultural Bom Jardim (CCBJ) é considerado um equipamento das políticas públicas de arte e cultura do Ceará. Sendo considerado uma política inovadora no estado, caracteriza-se por ser um espaço voltado para a divulgação, formação e produção cultural localizado na periferia de Fortaleza, no grande Bom Jardim. Por estar localizado em um bairro pobre de periferia, isso o torna inovador, atribuindo-lhe um diferencial de quase tudo que foi implementado na cidade até os dias de hoje no que diz respeito a política de arte e cultura.

O CCBJ é fruto de manifestações e interesses dos movimentos sociais, que antes estavam reunidos e organizados através da Rede de Arte e Cultura do Bom Jardim (RAC). Durante os dois primeiros anos de história do CCBJ, teve como parceria e caminharam lado a lado, o RAC. Esse por sua vez manteve sua relação com o CCBJ, e o auxiliou na implementação do núcleo de formação do centro cultural, que é o setor responsável pela democratização das várias linguagens artísticas através de suas políticas de formação, grupos de produção, oficinas, cursos, seminários e ações de parceria junto a comunidade. Dessa forma, o centro cultural bom jardim, por ser fruto de movimentos sociais do bairro possui uma estrutura adequada as manifestações nas várias linguagens.

O centro cultural está distribuído em quatro salas de aula, um teatro muito bem equipado para apresentações de término de cursos relacionado as artes dramáticas, uma sala de dança, um ateliê, um estúdio de gravação, uma sala de exposições, uma biblioteca e, uma ilha digital para que seus alunos possam ter contato com o mundo virtual e que sirva de ferramenta para a inclusão digital.

O CCBJ é, desde sua inauguração, gerido pelo Instituto de Arte e Cultura do Ceará (IACC) que também gere o Centro Cultural Dragão do Mar de Arte e Cultura (CDMAC) e a Escola de Artes e Ofícios Thomaz Pompeu Sobrinho (EAO).

4.1 INCLUSÃO DIGITAL E SOCIAL

É fato e notório uma influência cada vez maior das tecnologias de informação e comunicação (TIC's) com as cidades, com as relações sociais, políticas e econômicas. “essas técnicas criam novas condições e possibilitam ocasiões inesperadas para o desenvolvimento das pessoas e das sociedades, mas elas não determinam automaticamente nem as trevas nem a iluminação para o futuro humano” (Lévy, 1999 p.17). Mesmo de uma forma notoriamente desigual, o mundo está a caminho de uma sociedade da informação a passos largos e sem levar em conta que uma grande parcela da população não possui, se quer, os serviços mais básicos e essenciais a dignidade humana.

No Brasil o marco inicial nas políticas públicas para a sua inserção nesse novo cenário global foi o Programa Sociedade da Informação, por meio do Decreto 3.294 de 15 de dezembro de 1999. Em dezembro de 2000 o governo brasileiro, em função do programa produziu o “livro verde” (Takahashi, 2000) que deu forças para impulsionar este desenvolvimento.

Estar inserido digitalmente hoje significa a condição fundamental para a existência de cidadãos pleno na interação com esse mundo da informação e da comunicação. porém, é sabido que no Brasil uma imensa parte da população vive numa realidade de desigualdade e miséria, e a inclusão digital não pode perder isto de vista, buscando, ao menos, o desenvolvimento do indivíduo no binômio da inclusão digital e social. É preciso ter em mente e ter em pauta a discussão de como as TIC's podem contribuir para amenizar os problemas sociais e econômicos, e não aprofundá-los na sociedade. Descobrir de que maneira essas tecnologias podem contribuir positivamente, propondo alternativas de aprendizado e conhecimento.

A inclusão digital é vista como um importante fator de combate da exclusão social, contudo isso acaba se tornando apenas uma potência ou expectativa em alguns projetos. Dessa forma, os não incluídos podem ficar cada vez mais excluídos, não só no mundo digital, mas no social. É necessário emancipar essas pessoas menos favorecidas digitalmente para que não se fortaleça esse abismo social

existente na nossa sociedade. Criar condições favoráveis a introdução das tecnologias existentes atualmente aos mais carentes, é sem dúvidas criar condições para a inclusão social.

O tema da inclusão digital é abordado por diversos autores. Sorj (2003, p.14) fala que “embora aceitemos que as novas tecnologias não sejam uma panaceia para os problemas da desigualdade, elas constituem hoje uma das condições fundamentais da integração na vida social”. Sorj afirma que o combate à exclusão social deve ser articulado com outras políticas de luta contra as diversas desigualdades sociais.

Para Pierre Lévy (1999, p. 235) a questão da exclusão é o ponto crucial consequente do crescente desenvolvimento da cibercultura. Além de não utilizar o termo inclusão digital, ele aponta as consequências derivadas do crescimento do ciberespaço. “A cibercultura provoca exclusões? É, evidentemente, uma pergunta central em uma sociedade mundial na qual a exclusão (ou seja, a forma contemporânea da opressão, de injustiça social e de miséria) é uma das principais doenças” (Lévy, 1999 p.235).

O estudo das estatísticas mostra que as maiores densidades de acesso ao ciberespaço e de uso das tecnologias digitais coincidem com os principais núcleos mundiais de pesquisa científica, de atividade econômica de transações financeiras. O efeito espontâneo da expansão do ciberespaço é aumentar as capacidades de controle estratégico dos centros de poder tradicionais sobre as redes tecnológicas, econômicas e humanas cada vez mais vastas e dispersas. Ainda assim, uma política voluntarista da parte dos poderes públicos, de coletividade locais, de associações de cidadãos e de grupos de empresários pode colocar o ciberespaço a serviço do desenvolvimento de regiões desfavorecidas explorando ao máximo seu potencial de inteligência coletiva (Lévy, 1999).

Por outro prisma, Silveira (2003, p.29), define a exclusão digital como a falta de acesso à internet, atendo-se para uma inclusão digital dos aspectos físicos (computador e telefone) e técnicos (formação básica em *softwares*). “A luta pela inclusão digital pode ser uma luta pela globalização contra hegemônica se dela resultar a apropriação pelas comunidades e pelos grupos socialmente excluídos da tecnologia da informação” (Silveira, 2003 p.29), como também pode ser “mais um modo de estender o localismo americano, mais uma forma de utilizar um esforço público de sociedades pobres para consumir produtos dos países centrais”, conclui Silveira. Ele cita ainda os diferentes focos dos projetos de inclusão, como a educação,

a cidadania e a profissionalização. Para ele, esses pontos estão interligados, e não são focos conflitantes.

Quase 85% da população brasileira, segundo dados do Mapa da Exclusão Digital (Neri, 2003) sofre da exclusão digital, além de outras exclusões sociais. Inclusão digital pode ser entendido como uma forma de apoio aos cidadãos numa nova perspectiva, que seria a do cidadão na sociedade da informação. Podendo interagir e emancipar-se de uma maneira saudável, podendo decidir diariamente e tomando decisões sobre o seu futuro.

Na exclusão digital dois aspectos da inclusão social são claramente reconhecidos. A inclusão digital pode ser uma facilitadora de outras inclusões, tais como a socioeconômica, assim como a falta desta inclusão digital pode acarretar no aumento da exclusão social. Ficar à margem dessa cidadania atual seria o resultado para o excluído digital, o que resultaria no aumento a sua exclusão social no âmbito da reconfiguração das sociedades e das cidades.

Pode-se definir exclusão digital como sendo, também, a falta de capacidade técnica, social, cultural, intelectual e econômica de acesso as novas tecnologias e aos desafios da sociedade da informação. “A globalização da comunicação tem sido também um processo estruturado e desigual que beneficiou mais a uns do que a outros, e que incluiu mais rapidamente algumas partes do mundo nas redes de comunicação global do que a outras” (Thompson, 1998 p.143).

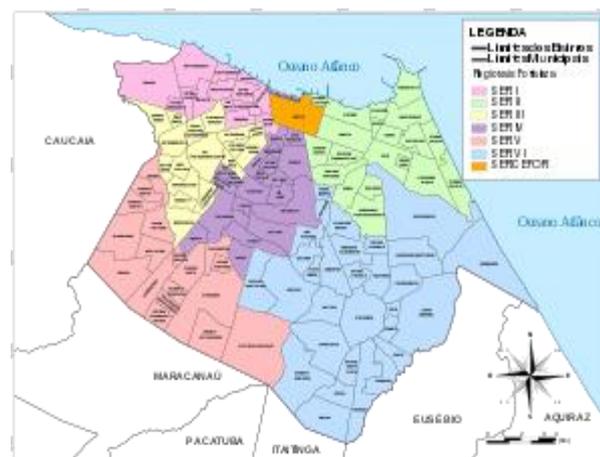
Logo conclui-se que incluir digitalmente o cidadão não deve ser apenas uma simples ação de formação técnica dos aplicativos, como acontece em muitos projetos, mas um trabalho de desenvolvimento de várias habilidades, transformando informação em conhecimento, assim como utilização em apropriação. A sociedade levada a reflexão crítica deverá gerar práticas criativas de total recusa a todas as formas manifestadas de exclusão social. Dessa maneira, observa-se que as categorias econômicas e cognitivas são tão importantes quanto a categoria técnica na tentativa de implementação da inclusão digital.

5 DIAGNÓSTICO DO TERRITÓRIO

Nesse capítulo serão abordadas as características socioambientais do Grande Bom Jardim juntamente com o histórico da implementação do CCBJ, assim como ocorreram suas parcerias e a implementação de seus cursos. Será feita uma descrição mais apurada sobre os cursos *metareciclar* e *resíduos tecnológicos viram arte*, ambos ofertados pelo centro cultural com o intuito de promover a inclusão digital e a educação ambiental para os alunos do centro através da reciclagem do lixo eletrônico. Em seguida serão abordados a escolha da metodologia e o entendimento acerca do método escolhido e o procedimento utilizado para a coleta de dados.

O Grande Bom Jardim, que tem sua localização territorial na periferia da cidade de Fortaleza é composto pelos os bairros Siqueira, Granja Lisboa, Granja Portugal, Canindezinho e Bom Jardim. Pertencente a Regional V, e com características de uma região considerada populosa, o Grande Bom Jardim apresenta uma população em torno de duzentos e vinte mil habitantes de acordo com o último censo demográfico realizado naquela área (IBGE, 2010/SEPLA). Dentro desse contexto o Grande Bom Jardim apresenta cinco bairros entre os dez listados com as piores rendas *per capita* do município. Os cinco bairros que compõem o Grande Bom Jardim representam cerca de 38% da população total da Regional.

Figura 1- bairros e divisões de Fortaleza



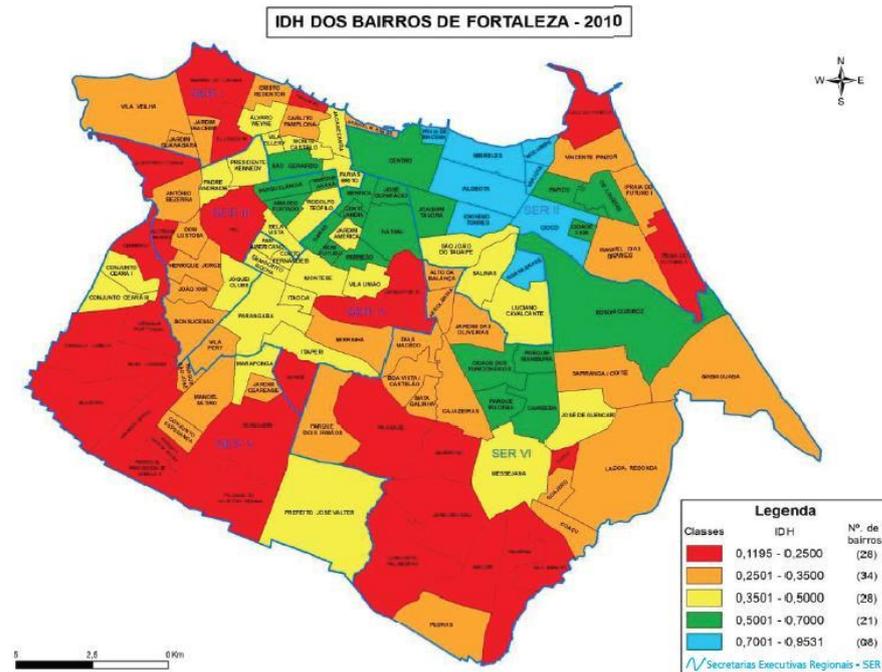
Fonte: Prefeitura Municipal de Fortaleza

5.1 LOCALIZAÇÃO E DADOS SOCIOECONÔMICOS DO GRANDE BOM JARDIM

Já no tocante ao bairro Bom Jardim, ele está localizado a Sudoeste da cidade de Fortaleza. A união das comunidades locais com os bairros citados anteriormente faz com que a área receba esse nome Grande Bom Jardim (GBJ). Através de um panorama litoral/sertão é considerado como sendo os últimos bairros da capital. Pode-se dizer que oficialmente o bairro é composto por duas comunidades, Parque Santo Amaro e Parque São Vicente, além de possuir algumas características interessantes como o fato de que o Parque Santa Cecília também faça parte da comunidade devido o sentimento de pertencimento dos moradores locais. Essa ideia de pertencimento e identidade de um indivíduo ou de um coletivo é bem explicada por Bauman (2003) quando defende que a construção da identidade é um processo sem fim passível de experimentação e mudança, de caráter não definitivo, fazendo com que ela seja construída continuamente ao longo da vida. As palavras do autor se encaixam perfeitamente aos moradores desse grande bairro. Através da reflexão das palavras de Bauman pode-se ter uma melhor compreensão sobre essa questão de pertencimento territorial por parte dos moradores dessa região. A identidade e o sentimento de pertencimento extrapolam os limites estabelecidos pelos bairros nas suas divisões.

No que diz respeito ao crescimento populacional, no Brasil em 10 anos observa-se um crescimento em torno de 12%, no estado do Ceará 13%, na maior cidade do nosso estado, Fortaleza aproximadamente 14%, e o Grande Bom Jardim cresceu em média 16% no mesmo período. Isso seria em torno de mais de 29.000 habitantes a mais nessa região, com necessidades de políticas públicas efetivas a serem empregadas na área para minimizar os impactos causados pelos índices socioeconômicos preocupantes registrados no Grande Bom Jardim. É a regional mais pobre do município, com registro de baixíssimos rendimentos por família, fazendo com que o IDH dos bairros que compõem a Regional V seja considerado baixo não passando de 0,5, levando em consideração todos os outros bairros. Nessa regional estão concentrados apenas 2,89% dos empregos formais de Fortaleza. A taxa de acesso a rede de esgoto da Regional V é a pior entre as seis regionais, com 24,56%.

Figura 2- IDH dos bairros de Fortaleza



Fonte: Prefeitura Municipal de Fortaleza (2010)

Pode-se dizer também que essa é uma Regional composta por um perfil acentuadamente jovem. “44% da população tem até 20 anos. É ainda a área da cidade com segundo maior índice de analfabetismo (17,83%), inferior apenas ao registrado pela Regional VI. Os bairros do Siqueira (25,58%), Genibaú (25,18%) e Parque Presidente Vargas (24,51%) são os mais impactados com este problema.” (BRASIL et. al., 2010).

De acordo com esses dados pode-se observar o perfil da população residente nesses bairros, na periferia da cidade de Fortaleza. Uma triste realidade que assola milhares de cearenses diariamente com as faltas de oportunidades e de acesso aos serviços considerados básicos, ou até mesmo essenciais para a população. A falta de políticas públicas voltadas para essas comunidades propicia a propagação de problemas que posteriormente, de uma maneira quase endêmica, afetará praticamente toda a população da cidade. O descaso com esses jovens na educação, saúde, moradia, além de estigmatizá-los como residentes de bairros considerados de alta periculosidade os empurram para um mundo que os acolhem de maneira rápida, o mundo da criminalidade. Segundo estudos realizados pelo Laboratório de Direitos Humanos, Cidadania e Ética da Universidade Estadual do Ceará (LABVIDA/UECE, 2011), o bairro Bom Jardim registrou 49 homicídios em 2007, 39 em 2008 e 61 em

2009, assumindo, assim, a 1ª posição em 2007, a 3ª em 2008 e retorna à 1ª posição em 2009 entre os bairros de maiores incidências de homicídios em toda Fortaleza. A cidade passa a ser fragmentada mostrando a sua face mais cruel da desigualdade espacial. Todavia, graças a esses dados alarmantes, é que o Grande Bom Jardim foi escolhido para ser o primeiro contemplado pelo projeto “Território de Paz”, em uma parceria firmada pelo Governo Federal e municipal na tentativa de reduzir esses índices.

Observa-se no Grande Bom Jardim um imenso problema de ordem socioambiental. Sua população além da carência no que diz respeito a infraestrutura, sofre com a impossibilidade de disfrutar de um outro lado da cidade que os deixam a margem, esquecidos, e dessa forma, dificultando a integração. Percebe-se que a cidade deixa de ser para todos, e os serviços passam a contemplar apenas a alguns. Para Layrargues (2002) essa prática é arbitrária, pois o ambiente deve ser direito de todos, ter natureza jurídica de bem de uso comum e bem essencial à sadia qualidade de vida. Deve-se colocar mais empenho, por parte de nossos gestores, na implementação de políticas públicas que venham a contemplar as carências e parte das necessidades dos jovens residentes na periferia de Fortaleza, assim como tentar minimizar esse retrato cruel do que tem se tornado os bairros que compõem a Regional V.

Com um número considerado alto de analfabetismo, o bairro perde apenas para os bairros da Regional VI. É notório que no bairro reside uma população pouco escolarizada, com baixos rendimentos e que tem um acesso precário as condições de infraestrutura, saneamento básico, transporte etc. é nesse meio que seus moradores habitam e constroem, diariamente, sua organização e identidade. A região “reflete uma cidade desigual incidindo os seus reveses na parcela da população mais vulnerável, em razão do seu particular processo de desenvolvimento, principalmente as crianças, adolescentes e jovens” (HONÓRIO, 2014, p. 37).

O bairro conta ainda com diversas organizações, dentre elas podemos encontrar desde igrejas até Organizações Não Governamentais (ONG). Com a implantação do projeto “território da paz”, o Governo Federal contempla o GBJ em 2009, pelo o Ministério da Justiça, através do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI). Ainda assim pode-se encontrar diversas outras organizações no bairro como o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), Movimento de Saúde Mental Comunitária do Bom Jardim, ABC do Bom Jardim e o

Centro Cultural do Bom Jardim (CCBJ) que por sua vez é tema motivador dessa pesquisa. Todas elas exercendo trabalhos e ofertando serviços para a comunidade. Dentre essas organizações e ONGs, o CCBJ pode ser considerado um marco das políticas públicas na periferia da cidade de Fortaleza. Com um número considerável de cursos de curto, médio e longo prazos, o centro oferece uma variedade de cursos nas mais diversas áreas, teatro, dança, cinema e informática e suas tecnologias.

É nesse cenário de ausências, privações e mediações de direitos, em especial a uma população majoritariamente jovem, que a região do GBJ se encontra situada. Totalmente distante da centralidade urbana principal, o bairro passou a ser, segundo alguns moradores, uma “cidade dormitório”, lugar onde os moradores se deslocam durante o dia para trabalhar, cuidar da saúde, para frequentar as universidades etc. retornando no final do dia apenas para dormir em suas residências. Pensar na inclusão socioespacial para essa comunidade é repensar a lógica dos investimentos em políticas públicas que venham a beneficiar e sanar alguns problemas básicos para uma população maior que muitas cidades do estado do Ceará. É repensar o acesso a cidade, aos serviços e a dignidade humana para assim, talvez, minimizar um número alto de mortes anunciadas de jovens que residem nas periferias da cidade de Fortaleza.

5.2 HISTÓRICO DO CENTRO CULTURAL DO GRANDE BOM JARDIM

Inaugurado no ano de 2006, o CCBJ é fruto de um longo processo organizado de reivindicações sociais locais, ocorridos no bairro Bom Jardim. Antes da implementação e criação do CCBJ os movimentos sociais estavam organizados através da Rede de Arte e Cultura do Bom Jardim (RAC). Mesmo após a sua criação os dois seguiram parceiros durante os dois primeiros anos. Paralelo a essa parceria, em 2007 o centro se estrutura em três setores interdependentes e hierarquicamente equivalentes, são eles: Gerencia de Infraestrutura, Administração e Núcleo de Formação. Por não estar situado em uma zona turística, o centro configura-se como um marco das políticas públicas de arte e cultura do Ceará com espaço voltado completamente para a formação, divulgação e produção cultural.

Com esse caráter inovador, o centro torna-se diferente de quase tudo que se tem feito na cidade com relação a cultura na periferia. Pelo fato de ter sido pensado e reivindicado pela comunidade, o centro se construiu com uma estrutura adequada

para a manifestação em várias linguagens, sempre de acordo com a demanda da comunidade. Isto quer dizer que o espaço serve tanto para o processo de formação e produção quanto para a divulgação do que é produzido no centro.

O núcleo de formação foi inaugurado pela professora Andrea Bardawil e pelo psicólogo social Wesley Mendonça, essa gestão foi responsável pelas políticas de formação cultural do CCBJ articulado juntamente com a Rede de Arte e Cultura do Bom Jardim, que está presente hoje como Fórum, no centro. A democratização das várias linguagens artísticas através de políticas de formação, oficinas, cursos, grupos de produção, seminários e mediação de parcerias junto à comunidade, também era processo fundamental nesse primeiro momento para o centro.

A primeira gestão teve seu percurso até 2009, e estava focada na oferta de, especialmente, formação continuada de grupos formados por linguagem. Podemos citar como exemplos: teatro, dança, artesanato, grupos de percussão, literatura, audiovisual, desenho, coral e informática. Já no primeiro momento de criação do CCBJ demonstra-se interesse e preocupação com as questões socioambientais da região do GBJ, juntamente com os cursos que futuramente viriam a formar a escola de artes do CCBJ, é ofertado cursos, com cargas horárias menores, de 20 a 40 horas que trabalham conceitos básicos de reciclagem do lixo eletrônico como mediadores da inclusão digital e da educação ambiental.

Também foi posto, no ano de 2009, propostas de intercâmbio entre diferentes níveis de formação com foco nos processos de criação e subjetivação, além da socialização do produto final como shows, exposições, publicações alternativas, peças teatrais etc. paralelo a esse período ocorreu a implementação dos cursos de Técnico de Som e Design de Moda resultando na formação de vários profissionais na área. As ações relacionadas ao meio ambiente também se fazem presente neste momento, projetos voltados para a educação ambiental rearmorizaram a Escola Ícaro de Sousa e deram início a agenda 21 local. O programa cine mais cultura também se fez presente portando ao centro cultural equipamentos e box de filmes; becos e vielas da comunidade são Francisco foram coloridos através de interações comunitárias para receber, em seguida, sessões de cineclube e teatro de rua, aproximando, ainda mais, a comunidade vizinha. Isso tudo foi possível devido a elaboração de planos de ação, avaliação e relatórios, reuniões que ocorreram frequentemente com professores, estudantes e parcerias firmadas com o CCBJ. Através de todas essas

ações, e nesse mesmo período surge um esboço do seu primeiro Plano Político Pedagógico.

Desta forma, o CCBJ é considerado um equipamento das políticas públicas culturais do Governo do Estado do Ceará, implantado em 2006 no bairro Grande Bom Jardim, situado na Periferia de Fortaleza. O Centro tem suas atividades geridas pelo Instituto de Arte e Cultura do Ceará (IACC), nomeado atualmente como Instituto Dragão do Mar (IDM). Contando com uma considerável estrutura o centro possui uma ilha digital com equipamentos de áudio e vídeo, teatro de arena, salas multiuso, um estúdio para gravações musicais, galeria, ateliê e biblioteca. Os cursos de música funcionam não só nas dependências do centro, como também nas instituições parceiras, distribuídas pelo Grande Bom Jardim.

5.3 HISTÓRICO DA TRAJETÓRIA DAS ESCOLAS DE ARTE DO CCBJ

No que diz respeito a história da trajetória das escolas de arte do CCBJ, desde sua fundação até os dias atuais, destaca-se três períodos no processo formativo do centro cultural.

Na primeira fase que ocorre de 2006 a 2009, as formações ocorrem através das oficinas livres de sensibilização nas áreas de teatro, dança, música e artesanato e tinha abrangência nas turmas iniciantes e intermediários. A área da dança, inicialmente é a que consegue e registra um maior número de alunos. Com tudo isso, o centro não contava, ainda, com um processo pedagógico de ensino/aprendizagem definido.

Em seguida temos a segunda fase que vai de 2010 a 2014. Nesse momento dá-se início a um novo percurso referente as formações artísticas ofertadas dentro do CCBJ. Formações com períodos mais longos e com um apurado e melhor elaborado conceito estético. Nesse período é estabelecido parcerias importantes com UFC (Universidade Federal do Ceará), UECE (Universidade Estadual do Ceará) e IDT (Instituto de Desenvolvimento do Trabalho) para apoio no desenvolvimento de cursos e oficinas visando, de forma conjunta, os processos pedagógicos a serem percorridos. Ainda nesse período o centro cultural era dividido em duas coordenações; a coordenação de centro cultural e artístico e a coordenação de informática e suas tecnologias, ofertando cursos de curta média e longa duração nas mais diversas áreas. Pode-se destacar dentre elas: dança, teatro, artesanato, música, audiovisual,

gastronomia, moda, cultura popular, artes visuais e informática e suas tecnologias. Percebesse que é nessa segunda fase do centro cultural que começa a surgir uma inquietação, não só com relação as questões ambientais, mas também com relação as TIC's (Tecnologia da Informação e Comunicação) e a inclusão digital dos alunos. Neste período o desejo expresso pelos gestores era a interdisciplinaridade entre os cursos para que desenvolvessem um resultado coletivo entre as linguagens.

Foi um período de plena expansão, resultando no avanço pelo território do GBJ nas suas ações formativas totalizando um número de 44 instituições parceiras, dentro do território e adjacências, a serem contempladas com seus mais diversos cursos. Nesse mesmo período é firmado a parceria definitiva com a UFC juntamente aos departamentos de dança, teatro, gastronomia e história. No ano seguinte, 2015, o CCBJ fecha suas portas e passa por uma reforma, porém seus cursos seguem seu percurso sem parar fora do centro cultural.

A terceira fase estende-se de 2016 a 2018. Nesse período foram fundadas as Escolas de Dança e Teatro, onde foi constituído as coordenações de cada linguagem e contempladas com um acompanhamento pedagógico melhor preparado e mais direcionado. Já em 2018 são legitimadas as Escolas de Música e Audiovisual, enquanto ocorrem, simultaneamente, as oficinas em direitos humanos, cultura popular e cultura digital. O centro cultural volta a inserir a educação ambiental e a inclusão digital na matriz de seus cursos ofertados a comunidade.

5.4 OS OBJETIVOS DA IMPLEMENTAÇÃO DAS ESCOLAS NO CCBJ

Segundo o Plano Político Pedagógico (PPP) do CCBJ, a implementação das escola tem como objetivo principal ofertar aos alunos dos cursos de extensão técnicos, assim como os cursos livres, a experiencia de uma formação no CCBJ e instituições parceiras, incentivando a classe artística da região, e ainda promover o encontro entre docentes das universidades parceiras com artistas da cidade com ampla experiência. Dessa forma, pode-se contribuir para o reconhecimento, fomento, preservação e difusão do patrimônio público e da expressão cultural periférica, fazendo com que essa população normalmente estigmatizada fortaleça os elos de identidade. A descentralização dos recursos destinados a cultura possibilita através do centro cultural a realização de cursos técnicos de extensão e cursos livres, com menor carga horária, nas áreas de Audiovisual, Teatro, Dança, Música e Tecnologia.

Ainda dentro dos objetivos estabelecidos pelo PPP do Centro Cultural Bom Jardim, destaca-se:

- a) desenvolver e aprimorar o conhecimento artístico, técnico, mediante o ensino, a pesquisa, a experimentação e a criação;
- b) capacitar pessoal habilitado ao exercício de atividades profissionais no campo das artes;
- c) promover e elaborar estudos, projetos e programas de trabalho em áreas artísticas específicas, podendo contar com a colaboração de entidades, públicas ou privadas;
- d) promover e manter intercâmbio cultural e profissional com escolas similares da cidade e do Estado;
- e) receber artistas e profissionais do campo das artes oriundos de programas de residência promovidos por instituições culturais da cidade e do Estado;
- f) criar o movimento cultural das periferias de Fortaleza, revelando a sua marca e o seu imenso potencial artístico e criativo, afirmando também o valor estético, poético e simbólico do que é produzido nas zonas mais afastadas do centro urbano da capital.

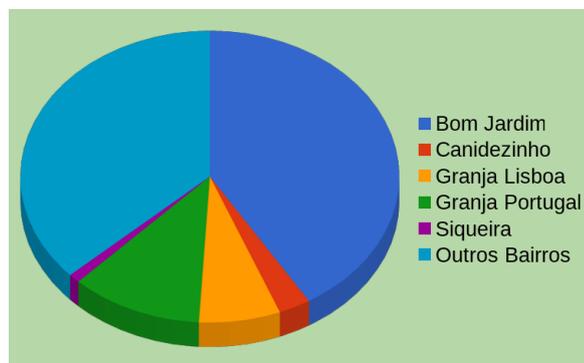
Dessa forma, o Centro de Formação Artística localizada dentro do território do Grande Bom Jardim, abrange companhias, coletivos, grupos, artistas e demais interessados na linguagem do teatro, música, dança, audiovisual e tecnologia da informação e comunicação. A partir de 3 anos de idade, para os cursos livres, dezoito anos para os cursos técnicos com ou sem experiência no teatro, e adolescentes e jovens nos laboratórios, o CCBJ busca acolher um grande número de crianças, adolescentes, jovens e adultos da região.

Com um critério rigoroso na sua seleção de professores para ministrarem os cursos, o núcleo de formação está em constante análise curricular, metodológica e de conteúdo programático para atender com muita qualidade os anseios e necessidades dos moradores da comunidade.

5.5 ANÁLISE DO ATENDIMENTO DO CENTRO CULTURAL BOM JARDIM

No segundo semestre do ano de 2018, o CCBJ registrou um total de 5468 atendimentos em seus cursos. As figuras a seguir mostram o perfil socioeconômico do público alvo do centro cultural. Compreender o perfil desses alunos é essencial para o desenvolvimento de políticas públicas voltadas, na justa medida, para sanar parte das desigualdades sociais existentes no bairro.

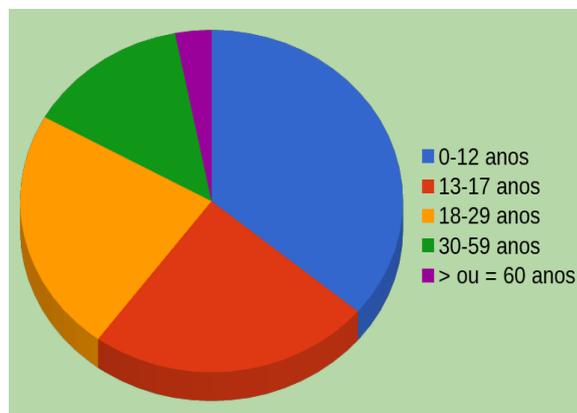
Figura 3 - Atendimento por bairros



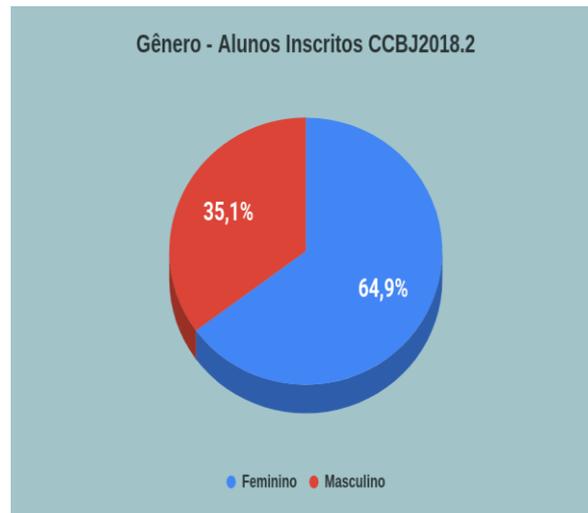
Fonte: Centro Cultural Bom Jardim (2018)

Através da figura 3, fornecida pelo CCBJ, nota-se a importância do centro cultural para as comunidades não somente do GBJ, mas também para bairros vizinhos que compoem a Regional V, assim como alguns bairros da cidade de Caucaia e Maracanaú.

Figura 4 – Atendimento por idade

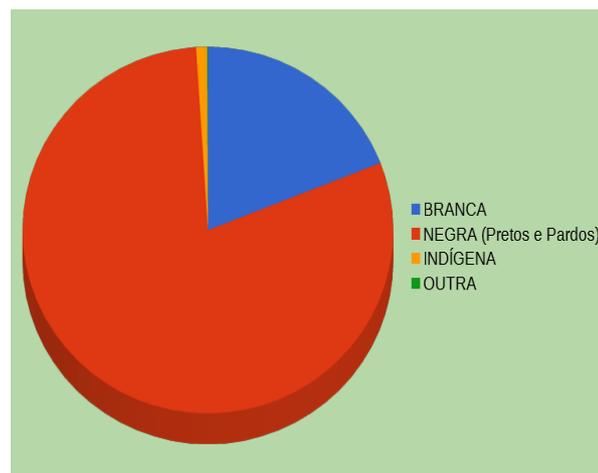


Fonte: Centro Cultural Bom Jardim (2018)

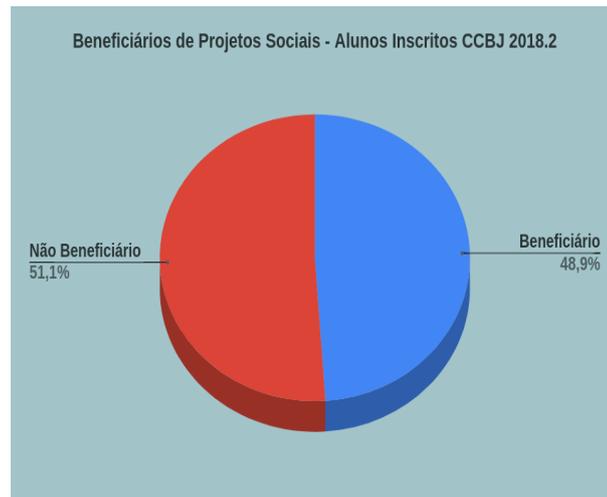
Figura 5 – Gênero

Fonte: Centro Cultural Bom Jardim (2018)

O CCBJ tem como maioria de público, de acordo com a figura 4, crianças até os doze anos de idade seguido por uma maioria de adolescentes entre 13 e 17 anos de idade. Em seguida o maior público são os jovens e adultos entre 18 e 29 anos de idade que são a maioria nos cursos técnicos de longa duração com uma maior carga horária. Observa-se ainda que as mulheres são a maioria nas escolas do centro cultural, de acordo com a figura 5.

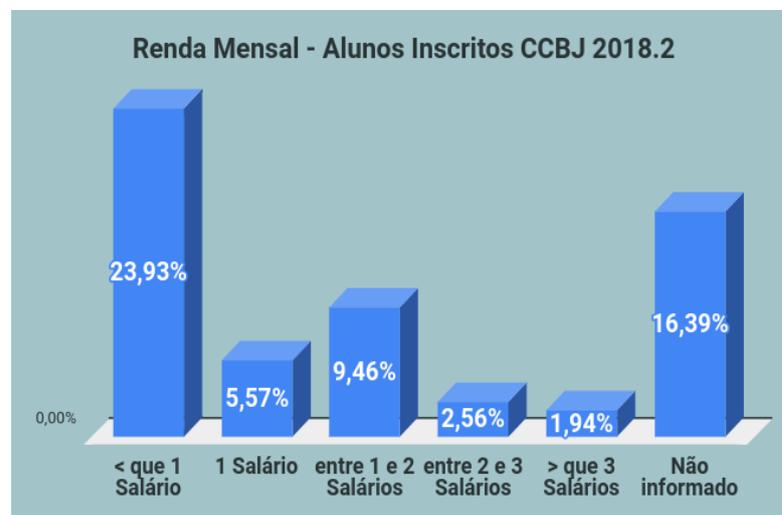
Figura 6 – Atendidos e inscritos por raça/cor:

Fonte: Centro Cultural Bom Jardim (2018)

Figura 7 – Beneficiários de Projetos Sociais

Fonte: Centro Cultural Bom Jardim (2018)

Nas figuras 6 e 7 acima traz informações sobre os atendidos e inscritos nos cursos do centro cultural no segundo semestre de 2018, por raça/cor e desses alunos atendidos quantos são assistidos e beneficiados por projetos sociais. Observa-se que a maioria é composta por negros (pretos e pardos) e que uma grande parcela deles, quase que a metade do número total de alunos, são beneficiados por algum tipo de projeto social. Com esses dados expostos acima pode-se ter uma real dimensão dos alunos do CCBJ, que são normalmente composto por crianças, jovens e adolescentes provenientes das classes menos favorecidas e mais vulneráveis da periferia da nossa cidade.

Figura 8 – Renda Mensal

Fonte: Centro Cultural Bom Jardim (2018)

A maior parte desses jovens atendidos pelo centro cultural são provenientes de famílias da região do GBJ, como mostra a figura 3, que sobrevivem com menos de um salário mínimo por mês, de acordo com a figura 8, sendo que os demais vêm de famílias que sobrevivem com até dois salários mínimos por mês.

Com essas informações referentes ao período do segundo semestre de 2018, pode-se ter um panorama do público atendido pelo CCBJ. Esses dados reforçam a necessidade e a importância de um centro cultural nessa região com a oferta de uma variedade de cursos, oficinas e formações para esse público em especial. Nesse período de doze anos, desde a implementação do centro cultural, observa-se um esforço por parte da gestão em atender aos anseios da comunidade através de cursos e oficinas rápidas, curtas ou de média duração para a formação e capacitação dos jovens e adolescentes desse território. Ainda nesse momento surge o curso de Interpretação e Criação Cênica, na Escola de Teatro, com o intuito de ofertar um curso de 850 horas reconhecido como curso técnico.

5.6 A PROPOSTA DOS CURSOS DO CCBJ

As escolas de Arte do CCBJ buscam firmar-se através de uma proposta pedagógica pautada em um tripé de ensino que seria uma leitura da realidade na qual está inserido o sujeito, contextualização, análise e prática artística. Segundo o PPP do CCBJ, esse tripé pedagógico que se apresenta para a comunidade se baseia no desenvolvimento que vai da sensibilização ao desenvolvimento técnico e aprofundamento da pesquisa artística. Dentro dessa proposta de ensino do CCBJ, apresenta-se:

- a) Cursos Livres
- b) Cursos Extensivos (proposta de curso técnico)
- c) Laboratórios de Criação e Pesquisa

5.6.1 Cursos Livres

Dentro dessa modalidade, os chamados cursos livres são voltados para iniciantes na sensibilização na área das linguagens, como o primeiro contato com a estética, poesia, e também a reciclagem. São cursos voltados para a cultura, conceitos básicos de educação ambiental e inclusão digital. O público pode ser o mais

variado, crianças, adolescentes, jovens e adultos com ou sem experiência nessas áreas. Nesses cursos, profissionais de notório saber, ou com vasta experiência acadêmica fazem parte do grupo que ministram as aulas fazendo com que os cursos livres tenham um caráter mais profissional.

Podendo atingir até cem horas aulas, os cursos livres podem ser considerados cursos de curta duração. São cursos voltados para a sensibilização de novos participantes, apreciação artística e conscientização ambiental através de conceitos básicos. Os cursos livres também têm como meta o desenvolvimento e potencialização da arte atrelada a educação, trabalhando com crianças a partir de oito anos de idade. Atualmente o centro cultural oferta os cursos de teatro para crianças, adolescentes e jovens iniciantes através de cursos rápidos.

Grande parte das vagas ofertadas pelo CCBJ são dedicadas aos moradores do Grande Bom Jardim, atendendo a entidades parceiras do centro cultural. São parcerias firmadas de longas datas o que contribui para que o CCBJ possa atender a uma grande quantidade de moradores da região.

5.6.2 Cursos Extensivos

Os cursos extensivos ofertados pelo CCBJ têm um caráter mais artístico e seguem uma investigação técnica, passando e aprofundando o conhecimento dos diversos ramos da arte teatral. Poderão fazer parte desses cursos todos aqueles alunos que passaram, em um primeiro momento, pelos cursos livres.

5.6.3 laboratórios de Criação e Pesquisa

Os laboratórios de criação e pesquisa são processos formativos ofertados para fomentar todo tipo de processo criativo e de pesquisa, em especial a artística, de grupos, companhias e artistas. São laboratório de criação, investigação e desenvolvimento de projetos nos mais diversos campos artísticos. Funcionam em regime de total imersão, através, de acordo com o centro cultural, de processos formativos de excelência, desenvolvidos em torno de projetos previamente selecionados. Os projetos passam por seleção pública e é um processo voltado para grupos e companhias localizadas e provenientes do território do Grande Bom Jardim.

6 METODOLOGIA

A metodologia utilizada na pesquisa e o entendimento acerca do método escolhido será abordado nesta seção. A abordagem qualitativa foi o escolhido para a pesquisa em questão, após várias leituras sobre metodologia de pesquisa, e dessa forma tornou-se o mais apropriado para o estudo. Dentre os vários procedimentos e instrumentos que uma pesquisa qualitativa pode-se utilizar de constituição e análise de dados, para este estudo foi, o mais apropriado, a pesquisa documental.

A abordagem qualitativa parte na frente em vantagem a outros tipos de abordagem quando refere-se à profundidade e abrangência, isso se dá devido as múltiplas fontes ofertadas por essa sondagem para se coletar evidências, dentre elas a análises de documentos. Essa abordagem também pode revelar ao pesquisador informações importantes com detalhes relevantes que dificilmente seriam alcançados com base em outra abordagem, além de permitir uma relação bem mais próxima do pesquisador com o objeto de estudo.

Tendo como base a inclusão digital e a aplicação de conceitos de educação ambiental nos cursos e oficinas de curta duração ofertados pelo CCBJ através da reciclagem do lixo eletrônico, e a escassez de registros e bibliografia que abordasse tais projetos no centro cultural faz com que a pesquisa documental se justifique como escolha. Para Gil (2008, p. 45), a pesquisa documental se caracteriza por ter como ponto de partida uma pesquisa de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa. O uso de documentos para a pesquisa possibilita uma riqueza de informações podendo ser utilizadas em várias áreas de ciências humanas e sociais (SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009).

De acordo com Cellard (2008, p.296) documento é “tudo o que é vestígio do passado, tudo o que serve de testemunho, é considerado como documento ou fonte”. Essa afirmativa é essencial para a construção e desenvolvimento desta pesquisa, pois a carência de bibliografia referente ao CCBJ faz com que os documentos como diários de classe, plano de curso, planos de aula, PPP e outras fontes primárias sejam os principais testemunhos dos cursos *Metareciclar* e *Resíduo Tecnológico Vira Arte*. Ainda sobre essa afirmação Gil (2008) reforça dizendo que os documentos podem ser os mais variados, dentre eles, diários, documentos de

entidades públicas e privadas, correspondência, fotografias, filmes, mapas, documentos escritos ou não etc.

Os documentos analisados para a obtenção de dados sobre os cursos livres e oficinas de inclusão digital e conceitos básicos de educação ambiental foram o Projeto Político Pedagógico e as revistas anuais do CCBJ, os Planos de Curso e de Aula, site do CCBJ e reportagens na imprensa local. Outra fonte de dados importante foram algumas dissertações sobre o centro cultural que aportaram informações relevantes para a pesquisa.

7 O CURSO METARECICLAR NO CCBJ

O Curso Metareciclagem ofertado em forma de curso livre no CCBJ é um curso voltado para aqueles que se interessam pela restauração e reciclagem de equipamentos eletrônicos considerados obsoletos ou danificados. O curso tem como proposta final de conclusão a reciclagem de equipamentos eletrônicos para fins artísticos ou para o reuso desses equipamentos na comunidade do GBJ. Através de doações e leilões realizados no centro cultural, todo o material produzido ou recuperado ao final de cada curso é destinado para entidades parceiras da própria comunidade.

A Metareciclagem é uma simbiose entre arte, cultura e tecnologia. Como tal transversaliza com várias áreas do conhecimento. Nesse curso, ofertado pelo CCBJ, a proposta é apresentar a Metareciclagem convidando os alunos a trabalharem com equipamentos eletrônicos valorizando a inventividade, o conhecimento compartilhado e a consciência ambiental. A metodologia do curso objetiva a apropriação tecnológica. As máquinas serão reaproveitadas para criar computadores reconicionados e artefatos artísticos.

De acordo com o plano de curso do curso metareciclar ofertado pelo centro cultural, no ano de 2016, contava com o apoio de um coordenador pedagógico e um assistente de coordenação pedagógica. Já em sala de aula o responsável por ministrar o curso e acompanhar o aprendizado dos alunos era um professor graduado em redes de computadores.

O curso seria, de acordo com o projeto de implementação, ministrado duas vezes por semana, as segundas e quartas com seis horas semanais, no segundo semestre do ano de 2016 durante os meses de setembro e outubro totalizando quarenta horas/aula. Contava com uma quantidade de vinte vagas ofertadas para pessoas com idade mínima de doze anos que tivessem interesse e curiosidade para trabalhar com eletrônicos.

7.1 OBJETIVOS DO CURSO METARECICLAR

Ainda de acordo com o plano de curso metareciclar os objetivos foram estabelecidos da seguinte maneira:

- a) refletir sobre o papel da tecnologia, o espaço da criatividade no cotidiano e a possibilidade de soluções compartilhadas;
- b) estimular a inventividade na criação de artefatos com resíduos eletrônicos;
- c) praticar e conhecer princípios básicos de funcionamento de componentes eletrônicos;
- d) conhecer e instalar softwares livres;
- e) conhecer o panorama da reciclagem de lixo eletrônico nos aspectos ambientais, econômicos e políticos;
- f) praticar artesanato digital e princípios de manipulação de e-lixo para produzir arte digital;
- g) suscitar a possibilidade de geração de renda a partir da montagem e desmontagem de computadores;
- h) fomentar a economia criativa e empreendimento econômicos solidários.

7.1.1 Avaliação dos Participantes do Curso Metareciclar

Além de adotarem uma metodologia de construção de aprendizagem e incentivo a criatividade, os alunos são avaliados através de seminários e oficinas que aliam teoria e prática. Do ponto de vista mais objetivo, a metodologia adotada é a do aprender-fazendo. Nessa etapa os alunos irão construir um produto final em forma de artefatos, artesanato digital, bijuterias metarecicladas, players, protótipos e computadores, utilizando o lixo eletrônico como insumo. Foram aplicados também uma avaliação escrita de modelo objetiva do conteúdo teórico ministrado em sala de aula.

O curso ainda conta com atividades complementares como visitas externas e a presença de palestrantes convidados. Paralelo a isso são realizadas aulas de campo ao Emaús do Vila Velha com a exigência de um relatório sobre a visita. As palestras com convidados de entidades parceiras terão como tema o e-lixo e gestão

ambiental. Também serão ofertadas rodas de conversa sobre inclusão digital e meio ambiente.

7.2 RESÍDUO TECNOLÓGICO VIRA ARTE

O curso Resíduo Tecnológico Vira Arte também ofertado pelo CCBJ, traz em seu conteúdo, além de conceitos de reciclagem do lixo eletrônico técnicas de artesanato para se trabalhar com o e-lixo. A proposta do projeto consiste no reaproveitamento do lixo eletrônico, reutilizado no seu estado original, disseminando a sustentabilidade e a proteção do meio ambiente, impactando os jovens da região para a atual realidade. Misturando técnicas de reciclagem do e-lixo com noções básicas de educação ambiental, o curso Resíduo Tecnológico Vira Arte busca despertar nos alunos do centro cultural uma consciência socioambiental que vai além do simples ato de reciclar.

Transformar um HD em relógio, uma tampa de impressora em um tabuleiro de jogos ou até mesmo em um jarro a partir do corpo da mesa, são alguns dos objetivos propostos pelo curso para se trabalhar o e-lixo.

O curso é ministrado, segundo a coordenação do centro cultural e o projeto de implementação, por um artista plástico com nível superior em redes e informática, uma ampla experiência em programação em Java e contando ainda com um currículo com extensa lista de cursos técnicos em informática. Ainda sobre o responsável por ministrar as aulas do curso, pode-se anexar ao seu currículo vários prêmios recebidos por desenvolver projetos relacionados a educação ambiental, tais como Prêmio em Feira Massa (realizado pelo Grupo Vós), Prêmios em parceria com a Visão Mundial, SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequenas Empresas) e ENEL (*Ente Nazionale Per L'energia Elettrica*), ainda recebeu prêmios em parcerias com UNIFOR Responsabilidade Social (Universidade de Fortaleza), Instituto IDEAR (Instituto para o Desenvolvimento Tecnológico e Social), Instituto IEP (Instituto Educacional Profissionalizante), e Secretaria da Saúde.

O curso está inserido dentro do Projeto Tempos de Cultura ofertado pelo CCBJ na modalidade dos cursos livres durante o mês de abril do ano de 2018. Com uma carga horária de vinte horas/aula, o curso contava com quinze vagas para pessoas a partir de quatorze anos de idade.

Com um baixo custo para a sua implementação o curso tinha como objetivos:

- a) desmontar equipamentos eletrônicos aprendendo sobre o impacto que os resíduos tecnológicos causam a natureza.
- b) Criar brinquedos em forma de robôs e jogos a partir dos resíduos tecnológicos desmontados
- c) Finalizar o curso com uma exposição com o resíduo tecnológico já reutilizado em forma de jogos analógicos, criado pelos alunos

A última versão do curso foi ministrada durante o primeiro semestre do ano de 2018, tendo uma ampla aprovação por parte do corpo discente do centro cultural, isso devido aos resultados finais do curso. Ainda no primeiro semestre do ano, no mês de junho foi realizado no centro cultural uma mostra das artes do CCBJ que foi produzida no mesmo período. O curso participou com suas produções desenvolvidas e realizadas durante as aulas, para que a comunidade tivesse a oportunidade de apreciá-las.

8 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Nesta seção serão analisadas as propostas de implementação dos cursos Metareciclar e Resíduo Tecnológico Vira Arte com os resultados pós-implementação extraídos dos registros dos diários de aula. Uma comparação entre as propostas iniciais e os resultados obtidos nesses dois cursos ofertados pelo CCBJ, na tentativa de implementar a inclusão digital e trabalhar conceitos básicos de educação ambiental entre os alunos do centro cultural.

Importante ressaltar que toda a coleta de dados e informações foi realizada através de análises de documentos. Através do PPP do centro cultural, dos planos de curso, dos projetos de implementação dos cursos, planos de aulas, diários de classe, revistas anuais publicadas pelo CCBJ, e sites. Todas as informações coletadas foram analisadas e confrontadas com a proposta inicial dos cursos.

Foram analisadas duas turmas dos dois cursos ofertados pelo CCBJ. Uma turma do curso Metareciclar, ofertado no ano de 2016 entre os meses de setembro e outubro, e outra turma do curso Resíduo Tecnológico Vira Arte ofertado no primeiro semestre do ano de 2018, totalizando trinta e cinco alunos participantes das últimas ofertas dos dois cursos pelo centro cultural.

8.1 ANALISANDO OS RESULTADOS DO CURSO METARECICLAR

O curso metareciclar tinha algumas metas estabelecidas e bem definidas no seu plano de curso antes de sua implementação. Como já citado antes, o metareciclar tinha como proposta inicial de ser ministrado em quarenta horas/aula durante dois dias da semana, para um público com curiosidade e facilidade para operar equipamentos eletrônicos, pois a principal meta era a inclusão digital para a comunidade do GBJ.

Através da reciclagem e do reuso do lixo eletrônico para uso computacional e artístico, pautadas em montagens e desmontagens de computadores, a Metareciclagem incentiva aos alunos, a reflexão sobre a tecnologia nos aspectos socioambientais. Como bem definiu Rosa (2007), os princípios da Metareciclagem são:

Reapropriação tecnológica, desmistificando a máquina computador como um quebra-cabeças simples, que deve ser aberto e exposto, promovendo o intercâmbio de ideias e a cooperação; do software livre, por entender o

conhecimento como um bem coletivo, apropriável; e a descentralização integrada, por meio de listas de discussão, perfazendo a troca de conhecimentos e oportunidades entre os diversos membros. Além disso a possibilidade de replicação do modelo e a valorização da autonomia e do aprendizado fazem do Metareciclagem, sobretudo, um facilitador da troca de ações, de disseminação por meio do compartilhamento social das ações. (Rosa, 2007, n.p)

No quadro abaixo, inteiramente retirado do projeto inicial de implementação do curso Metareciclar, observa-se as características fundamentais para o início da oferta do curso no CCBJ. Os dados contidos nessa tabela são, basicamente, o local do curso, carga horária, equipe de formação, quantidades de vagas, pré-requisitos para admissão no curso etc.

Quadro 1 – Características gerais do curso Metareciclar

(Continua)

1. Equipe de Formação CCBJ: (Coord. Pedagógica) (Assistente coord. pedagógica) <u>@gmail.com</u> <u>@gmail.com</u>		2. Local do Curso: CCBJ
3. Professor (a): ANTONIO ELTON OLIVEIRA PONTES (ELTON PONTES METAREC)		4. Maior Título do Professor (a): GRADUADO EM REDES DE COMPUTADORES
5. Nome do curso: RECICLAGEM DE COMPUTADORES (Metareciclagem) Módulo:		6. Carga horária: 40 H/A
7. Dias da semana: SEG e QUA	8. Quantidade de Vagas: 20	9. Pré-requisito dos alunos:

(Conclusão)

10. Horário: 15h00min as 18h00min	11. Período de Realização: 12/09/16 A 31/10/16	Idade mínima de 12 anos; Curiosidade e facilidade com eletrônicos
12. Ementa (Resumo dos conteúdos conceituais e práticos do curso)		
<p>Reciclar lixo eletrônico de para uso computacional e artístico, aprender técnicas de montagem e desmontagens de computadores e equipamentos, para fins de consertos domésticos e/ou inserção no mercado se trabalho, confeccionar artefatos a partir de sucata digital, Refletir sobre o papel da tecnologia e o panorama da reciclagem de lixo eletrônico nos aspectos ambientais, econômicos e políticos.</p>		
13. Objetivo Geral e Específicos do Curso		
<p>Objetivo geral: Metareciclagem é uma simbiose entre arte, cultura e tecnologia. Como tal, transversaliza com várias áreas do conhecimento. Neste Curso gostaríamos de apresentar a Metareciclagem, convidar os alunos a colocar a “mão-na-massa” e valorizar a inventividade, o conhecimento compartilhado e a consciência ambiental. A metodologia objetiva apropriação tecnológica. As máquinas serão reaproveitadas para criar computadores recondicionados e artefatos inéditos.</p> <p>Objetivos Específicos:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Refletir sobre o papel da tecnologia, o espaço da criatividade no cotidiano e a possibilidade de soluções compartilhadas. 2. Estimular a inventividade na criação de artefatos com resíduos eletrônicos. 3. Praticar e conhecer princípios básicos de funcionamento de componentes eletrônicos. 4. Conhecer e instalar softwares livres; 5. Conhecer o panorama da reciclagem de lixo eletrônico nos aspectos ambientais, econômicos e políticos. 6. Conhecer redes sociais de fomentação da Cultura Digital, Meta Reciclagem e do Software Livre. 7. Praticar artesanias digitais e princípios de manipulação de e-lixo para produzir arte-digital. 8. Suscitar a possibilidade de geração de renda a partir da montagem e desmontagem de computadores. 9. Fomentar a economia criativa e empreendimentos econômicos solidários. 		

Fonte: elaborado pelo autor

Nos tópicos 12 e 13 do quadro acima extraídos do projeto inicial do curso Metareciclar, observa-se os objetivos estabelecidos para a implementação do curso, assim como uma breve explanação do que é a Metareciclagem. Através da reciclagem das sucatas eletrônicas, o curso se propunha a trabalhar, além da inclusão digital, a criatividade e praticar a artesanaria digital para melhor manipular o e-lixo possibilitando a geração de renda na região.

Quadro 2 – Atividades complementares e bibliografia utilizada no curso Metareciclar

15. Atividades Complementares (Visitas externas, convidados e etc.)
- (aula de campo), ver a viabilidade de uma visita ao Emaús do Vila Velha; A combinar com a coordenação. - Promover uma roda de conversa sobre e-lixo e gestão ambiental com convidado.
16. Bibliografia (livros, textos, sites, programas, cartilhas, manuais)
Guia do hardware - Carlos e. Morimoto 2011 http://www.laercio.com.br/ http://adrenaline.uol.com.br http://lixoeletronico.org/ http://www.metareciclagem.org/ http://planetasustentavel.abril.com.br/noticia/lixo/lixo-mundo-desenvolvido-625781.shtml

Fonte: elaborado pelo autor

De acordo com os diários de aula, registrados pelo professor responsável, o curso conseguiu contemplar todas as propostas e objetivos estabelecidos inicialmente. O curso desenvolveu-se normalmente durante o período pré-estabelecido no projeto de implementação por sete semanas, cumprindo dessa forma com a carga horária idealizada, sem registrar evasão.

No quadro abaixo pode-se observar as anotações feitas em sala de aula no diário de classe pelo professor responsável pelas aulas do curso. Verifica-se que foram ministradas sete semanas de aulas, como propostas inicialmente, respeitando o cronograma pré-estabelecido e carga horária.

Quadro 3 – Planos de aula e anotações do diário de classe do curso Metareciclar

(Continua)

15. PLANO DE AULA						
Obs. anotações no Diário de classe						
Aula	Data	Horário	Sala	Conteúdo	Material do dia	Observações
1ª	12/09/16	15 as 18 hs		Abertura da Oficina- Introdução a Metareciclagem (reciclando computadores)		Projektor
2ª	14/09/16	15 as 18 hs		-Introdução a tecnologia digital; -Cultura Digital; -Conceitos de Software /hardware /firmware.		
3ª	19/09/16	15 as 18 hs		Noções de Eletricidade Noções de Eletrônica Abrindo a caixa preta da Tecnologia		Esse módulo ajudará na prevenção de acidentes com choque elétricos no decorrer do curso e também no ambiente doméstico dos (as) alunos (as)
4ª	21/09/16	15 as 18 hs		Apropriando-se da Tecnologia		Desconstrução da tecnologia desde a computação em nuvem, transversalizando pela história do computador, servidores como o facebook,

(Continuação)

						redes etc; até os dispositivos de mão dos dias de hoje.
5ª	26/09/16	15 as 18 hs		Hardware – Revisão e Práticas de Montagem		Ferramentas / sucata tecnológica
6ª	28/09/16	15 as 18 hs		Manutenção Corretiva de equipamentos, Práticas de Montagem e desmontagem de Máquinas		Ferramentas / sucata tecnológica
7ª	03/10/16	15 as 18 hs		Software – introdução ao software livre/ instalação de sistemas operacionais		Ferramentas / sucata tecnológica
8ª	05/10/16	15 as 18 hs		Criação de Computadores Reciclados e Artefatos Tecnológicos (MetaArte)	Ferramentas / sucata tecnológica / tintas / cola branca / tesoura / lixa / cola quente	Teoria e prática sobre o assunto, implementando também a técnica do Ecodesign
9ª	10/10/16	15 as 18 hs		Aula de Campo ou Roda de Conversa	Transporte ou Projetor	
10ª	17/10/16	15 as 18 hs		Avaliação Escrita Criação de Computadores Reciclados e Artefatos Tecnológicos (MetaArte)	Ferramentas / sucata tecnológica / tintas / cola branca / tesoura / lixa / cola quente	Teoria e prática sobre o assunto, implementando também a técnica do Ecodesign
11ª	19/10/16	15 as 18 hs		Criação de Computadores Reciclados e Artefatos Tecnológicos (MetaArte)	Ferramentas / sucata tecnológica / tintas / cola branca / tesoura / lixa / cola quente	Teoria e prática sobre o assunto, implementando

(Continuação)

						também a técnica do Ecodesign
12^a	24/10/16	15 as 18 hs		Criação de Computadores Reciclados e Artefatos Tecnológicos (MetaArte)	Ferramentas / sucata tecnológica / tintas / cola branca / tesoura / lixa / cola quente	Teoria e prática sobre o assunto, implementando também a técnica do Ecodesign
13^a	26/10/16	15 as 18 hs		Criação de Computadores Reciclados e Artefatos Tecnológicos (MetaArte)	Ferramentas / sucata tecnológica / tintas / cola branca / tesoura / lixa / cola quente	Teoria e prática sobre o assunto, implementando também a técnica do Ecodesign
14^a	31/10/16	15 as 18 hs		Criação de Computadores Reciclados e Artefatos Tecnológicos (MetaArte)	Ferramentas / sucata tecnológica / tintas / cola branca / tesoura / lixa / cola quente	Teoria e prática sobre o assunto, implementando também a técnica do Ecodesign

17. SOLICITAÇÃO DE MATERIAL (Descrever quantidades, tamanhos, cores e formas)

DESCRIÇÃO DO MATERIAL	REFERÊNCIA (Unid, Litro, metro...)	QUANTIDADE	Observação	Prazo para Entrega
Cola quente	Bastão	30		
Rolos de fita isolante	Und	05		
Lixa para ferro fina (Nº100)	Und	05		
Cartolina dupla face	und	10		
Cola branca de 1 lt	tubo	01		
Tesouras sem ponta	Und	05		

(Conclusão)

Pinceis para pintura em tela	Und	05		
Tinta spray cores variadas	Lata	08		
Solda Branca	Tb pq	01		

Fonte: Metarec

 Elton Pontes

Assinatura do (a) Professor(a)



Instituto de Arte e Cultura do Ceará
 CNPJ: 02.455.125/0001-31
 Rua Três Corações, 400 - Bom Jardim
 60.545-110 - Fortaleza - Ceará - Brasil
 Tel.: (85) 3497.5981 / Fax: (85) 3497.5991
 ccbj@ccb.org.br - www.ccbj.org.br



Analisando as anotações do diário de classe acima observa-se que, no primeiro momento, a abertura da oficina, foi trabalhado a introdução ao conceito de Metareciclagem, levando aos alunos um momento de reflexão sobre o e-lixo em todas as suas categorias. Foram abordadas também em sala de aula conceitos básicos de e-lixo, reciclagem, meio ambiente e educação ambiental.

Contando com o auxílio de um projetor, o professor em um primeiro contato com a turma sustenta suas aulas com um enfoque especial nos conceitos de tecnologia digital, cultura digital e conceitos software e hardware.

As próximas aulas foram trabalhadas com momentos voltados para a prevenção de possíveis acidentes no manuseio dos equipamentos eletrônicos. Noções básicas de eletricidade e eletrônica formam os principais conteúdo do segundo módulo. Tudo isso para que os alunos possam evitar choques elétricos no decorrer do curso ao manusearem alguns equipamentos para reciclagem, assim como também no ambiente doméstico.

Ainda de acordo com os registros dos diários de classe do curso, nessa fase são trabalhadas importantes ferramentas de manuseio do mundo digital, como o arquivamento de dados em nuvens até o acesso as redes sociais mais frequentadas como Facebook, Instagram, Twitter etc. ao apropriar-se dessas ferramentas e um pouco da história do computador, os alunos passam a ter acesso a um mundo novo, um mundo virtual com acesso a informações que até então eram desconhecidas. Vários conceitos sobre as Tecnologia da Informação e Comunicação ainda são trabalhados nesse momento do curso desmitificando o acesso à tecnologia e suas ferramentas.

Nesse momento, o curso estabelece um contato mais próximo aos alunos mais jovens, pois ao discutir as questões do acesso as redes sociais, fazem com que desperte um maior interesse nesse público. Os alunos com idade mais avançadas também demonstraram bastante interesse na abordagem desse tema e levantaram questões relacionadas as redes sociais no ambiente de trabalho. A importância do domínio de navegação na internet para conseguir um bom emprego, como utilizar de maneira positiva as redes sociais para voltar ao mercado de trabalho, como criar e-mails e perfis em sites de realocação de trabalho, enviar currículo pela internet, foram algumas das questões debatidas durante a abordagem desse módulo em sala de aula.

Passado o momento de noções básicas, essenciais para o andamento do curso, os alunos passam a trabalhar com a sucata tecnológica propriamente dita. Após

o estudo sobre hardware, e uma revisão sobre práticas de montagem, os alunos são convidados a trabalhar com a criatividade para a transformação do e-lixo. Nesse momento eles põem em prática todo o conhecimento sobre manutenção corretiva de equipamentos, transformando o que era obsoleto em equipamento pronto para o uso. Outras práticas são testadas pelos alunos, como as de montagem e desmontagem de máquinas eletrônicas, tudo isso encaminhando para o reaproveitamento ou a transformação de sucatas tecnológicas em novos equipamentos disponíveis para o reuso.

Observa-se que nesse momento, os alunos do curso metareciclar já possuem um certo conhecimento para o manuseio da sucata tecnológica, podendo assim com muita autonomia redefinir o uso para tais equipamentos. Algumas sucatas são transformadas em novos produtos e com novos destinos e utilidades, outras são simplesmente reparadas e doadas para o reuso em projetos parceiros do CCBJ. Escolas, creches e instituições parceiras situadas dentro do GBJ são contempladas com o resultado final do curso metareciclar.

Passados algumas semanas de aulas ministradas e práticas realizadas, os alunos passam a um segundo momento no curso, como a introdução ao estudo de Software Livre onde aprendem a instalação de sistemas operacionais. Esse processo é essencial na restauração de máquinas obsoletas para o reuso e doação a outras instituições parceiras. Nesse momento os alunos já estão aptos para a criação de computadores reciclados, assim como construirão artefatos tecnológicos conhecidos como Meta Arte.

Para a criação de computadores reciclados e artefatos tecnológicos, os alunos são iniciados nas técnicas do ecodesign. Segundo o Ministério do Meio Ambiente, o Ecodesign é entendido como o processo que contempla os aspectos ambientais, tendo como objetivo fundamental, desenvolver produtos, projetar ambientes e executar serviços que de alguma maneira irão reduzir o uso dos recursos não renováveis, assim como minimizar o impacto ambiental dos mesmos durante seu ciclo de vida. O ecodesign contribui para o desenvolvimento sustentável através da substituição de produtos e processos por outros menos nocivos ao meio ambiente. Para Manzini (2008, n.p), ecodesign é a “atividade que, ligando o tecnicamente possível com o ecologicamente necessário, faz nascer novas propostas que sejam social e culturalmente aceitáveis.” A partir desse entendimento, os alunos do curso

metareciclar trabalham de maneira criativa a sucata tecnológica transformando-a em artefatos artísticos.

No momento seguinte, juntando teoria e prática, os alunos do curso participam de uma aula de campo e de uma série de palestras com convidados que trabalham com a questão ambiental e a reciclagem do lixo eletrônico. A aula de campo ocorre paralelo as aulas teóricas e tem como objetivo a visita ao Emaús do Vila Velha. O Emaús é uma **organização não governamental sem fins lucrativos**, que faz parte do Movimento Emaús Internacional e tem sede no bairro Pirambú (Cristo Redentor), uma área tradicionalmente pobre e populosa de Fortaleza/Ceará, historicamente marcada pela exclusão social, violência agravada pela problemática das drogas, prostituição infantil e altos índices de desemprego. Essa organização é famosa por trabalhar com reciclagem desde sua fundação, fazendo com que uma aula de campo para os alunos do CCBJ seja propício a um intercâmbio de ideias e incentivo para a continuidade dos trabalhos realizados pelas duas regiões.

Ainda no mesmo período são realizadas palestras sobre o e-lixo com convidados que trabalham com o tema. São realizadas rodas de conversa sobre os impactos ambientais causados através do descarte incorreto do lixo eletrônico, assim como os desafios a serem enfrentados pela população na busca de uma sociedade consciente e sustentável. Os alunos são convidados a pensarem, juntamente com os palestrantes, soluções e medidas a curto, médio e longo prazo para o problema da sucata eletrônica.

Em seguida os alunos são avaliados através de uma prova escrita elaborada a partir da teoria vista em sala de aula. Os temas são os mais diversos, manutenção corretiva de equipamentos, práticas de montagem e desmontagem, conceitos de software, cultura digital, educação ambiental etc. essa avaliação tem como objetivo traçar um perfil do que foi aprendido em sala de aula e o que precisa melhorar. Após essa análise, através dos resultados das avaliações escritas, os pontos com maior dificuldade de aprendizagem para os alunos são debatidos em sala de aula na busca de um melhor aprendizado.

Mesmo com um curso voltado quase que totalmente a prática, a avaliação teórica escrita é um importante instrumento a ser utilizado pelo professor responsável pelo curso, pois serve como uma espécie de termômetro para saber como está o nível de compreensão sobre o tema com os alunos.

Em seguida o curso avança com a confecção de artefatos construídos a partir das sucatas recebidas como doação pelo centro cultural. O artesanato digital também passa a ser explorado pelos alunos do curso, com muita criatividade e iniciativa para trabalhar com o lixo eletrônico. Pulseiras, brincos, chaveiros e uma série de objetos são criados com o que seria descartado como lixo, além do conserto de algumas máquinas para o reuso e doações.

Com um baixo custo e muita criatividade, o curso Metareciclar mostra-se efetivo naquilo que se propunha a desenvolver desde seu projeto a sua implementação. Voltado para um público inicial relativamente jovem, o curso além de inserir digitalmente esses alunos provenientes da região do Grande Bom Jardim estimula o respeito ao meio ambiente despertando uma consciência socioambiental através da reciclagem do e-lixo.

O curso Metareciclar, ofertado pelo CCBJ, desenvolve-se na perspectiva de que os equipamentos eletrônicos podem ter a sua vida útil prolongada por mais tempo e o seu uso acessível se a consciência ambiental for trabalhada juntamente a comunidade.

Figura 9 - Reciclando Computadores



Fonte: Centro Cultural Bom Jardim (2016)

A figura 9 mostra a sucata eletrônica no início do processo de reciclagem feita pelos alunos do curso Metareciclar. Nessa fase a sucata é separada para que possa ser trabalhada por partes. Reciclar com criatividade é um dos principais objetivos do curso, e fazer com que o equipamento que antes não servia ganhe um

novo visual para que em seguida possa ser doado e reutilizado por alguma instituição parceira do CCBJ.

Figura 10 - Computador Reciclado para Reuso



Fonte: Centro Cultural Bom Jardim (2016)

A figura 10 mostra um dos equipamentos já recuperados, reciclados e pronto para o reuso.

Figura 11 - Computadores Reciclados para Reuso



Fonte: Centro Cultural Bom Jardim (2016)

A figura 11 mostra os computadores já reciclados e recuperados pelos vinte alunos concludentes do curso Metareciclar, servindo de reuso nas aulas de inclusão digital para crianças no CCBJ, contemplando alguns objetivos iniciais propostos pelo curso, descritos no projeto inicial de implementação do projeto Metareciclar.

Figura 12 - Computador Reciclado para Reuso



Fonte: Centro Cultural Bom Jardim (2016)

Na figura 12, os equipamentos considerados obsoletos, doados por algumas empresas, são reciclados pela turma do curso e doados para as aulas de inclusão digital de jovens e adultos em outras instituições, dando continuidade, desta maneira, a contribuição para a inclusão digital aos menos favorecidos da região.

Figura 13 - Computadores Reciclados para Reuso



Fonte: Centro Cultural Bom Jardim (2016)

Figura 14 - Artesanato Digital

Fonte: Centro Cultural Bom Jardim (2016)

A figura 14 traz toda a versatilidade do curso Metareciclar na confecção de artefatos artesanais construídos através de sucata tecnológica pelos alunos do curso. Brincos, colares, pulseira e acessórios masculinos e femininos são construídos com as carcaças de equipamentos tecnológicos que não servem mais para o reuso. Esses materiais que provavelmente seriam descartados de maneira incorreta no meio ambiente, ganham uma nova utilidade através da criatividade dos alunos. Todo esse material é reunido juntamente aos seus criadores para a realização de uma grande mostra das artes do CCBJ, realizada anualmente com ampla divulgação por parte do Governo do Estado do Ceará.

Figura 15 - Artesanato Digital



Fonte: Centro Cultural Bom Jardim (2016)

A artesanaria construída a partir de sucatas eletrônicas também foi praticada no curso, não só para trabalhar a criatividade dos alunos , mas também na perspectiva de fomentar a economia local, uma vez que pequenos utensílios feitos de sucata, com um custo inicial zero, pode trazer uma pequena fonte de renda para os alunos do curso. Dessa forma um dos objetivos iniciais do curso Metareciclar que seria fomentar a economia criativa e empreendimentos econômicos solidários, passa a ser concretizado.

8.2 ANALISANDO OS RESULTADOS DO CURSO RESÍDUO TECNOLÓGICO VIRAM ARTE

Ministrado como um curso livre, dentro da categoria de curta duração, o curso resíduo tecnológico vira arte insere-se no projeto tempos de cultura com uma proposta de trabalhar artisticamente a reciclagem. Com quinze vagas destinadas a adolescentes maiores de quatorze anos de idade, o projeto inicial contava com uma carga horária de vinte horas/aula ministradas durante cinco dias. Um artista plástico com formação em redes e informática, era o responsável pelas aulas teóricas e práticas.

O projeto consiste em reaproveitar o lixo eletrônico na transformação de novos produtos, que vai desde a construção de um relógio, a um tabuleiro de jogos,

assim como a criação de objetos de decoração trabalhando sempre com conceitos de educação ambiental e criatividade.

O quadro abaixo foi totalmente extraído, na sua íntegra, dos registros do diário de aula do curso Resíduo Tecnológico Vira Arte. Nele observou-se em que projeto se inseriu o curso no CCBJ, assim como a carga horária necessária para a realização do curso, os dias que foram ministradas as aulas, quantidade de vagas ofertadas, e o conteúdo ministrados em sala de aula e devidamente registrado em diário de classe para um acompanhamento da concretização dos objetivos iniciais estabelecidos.

Quadro 4 – Plano de aula e registros do diário de aulas do curso Resíduo Tecnológico Vira Arte



(Continua)

	Resíduo Tecnológico Vira Arte				
PROJETO	Tempos de Cultura	VAGAS	15	CARGA HORÁRIA	20h
DATAS / MÊS / ANO	16/17/18/19 e 20/04/2018	DIAS	05	HORÁRIO	14h
NOME DO(A) PROFESSOR(A)	EMAIL			FONE	
Cícero Sérgio de Souza Lima	sergiotecnicoimp@hotmail.com				
MINI CURRÍCULO DO PROFESSOR					
Artista Plástico, Nível superior incompleto em redes e informática, Cursos técnicos de informática, Programação em Java na UECE, Prêmios em feira massa (realizado pelo Grupo Vós), Prêmios em parceria com Visão Mundial, SEBRAE e ENEL, Parcerias com: UNIFOR responsabilidade social, Instituto IDEAR, Instituto IEP, Secretária da Saúde com exposição “mosquito da dengue”					
PRÉ-REQUISITOS					
A partir de 14 anos					

(Continuação)

PLANO DE AULA						
DATA	DIA	HORÁRIO	SALA	BASES TECNOLÓGICAS	METODOLOGIA DE AULA	NECESSIDADES TÉCNICAS / MATERIAIS
16/04	Seg	14h às 17h		Data Show e caixas de Som	Desmontando, conhecendo e aprendendo sobre o impacto, que o resíduo tecnológico causa a natureza.	Chaves Tork 7,8,9 e 30 pares de luva M (tipo enfermagem), 05 jogos de mesas com 04 cadeiras cada.
17/04	Ter	14h às 17h		Data Show e caixas de Som	Criando brinquedos em forma de robô a partir do resíduo tecnológico desmontado	Chaves Tork 7,8,9 e 30 pares de luva M (tipo enfermagem), 05 jogos de mesas com 04 cadeiras cada.
18/04	Qua	14h às 17h		Data Show e caixas de Som	Criando brinquedos em forma de robô a partir do resíduo tecnológico desmontado	Chaves Tork 7,8,9 e 30 pares de luva M (tipo enfermagem), 05 jogos de mesas com 04 cadeiras cada.
19/04	Qui	14h às 17h		Data Show e caixas de Som	Criando brinquedos em forma de robô a partir do resíduo tecnológico desmontado e encerramento com a entrega do certificado de conclusão do curso.	Chaves Tork 7,8,9 e 30 pares de luva M (tipo enfermagem), 05 jogos de mesas com 04 cadeiras cada.
20/04	Sex	08h às 12h		Data Show e caixas de Som	Exposição na pratica com o resíduo já reutilizado, criados pelos alunos; jogos analógicos feitos a partir de resíduo e dinâmica de grupo	05 jogos de mesas com 04 cadeiras cada 04 mesas para expor as artes, 01 extensão com 03 pontos de energia.
20/04	Sex	14h às 18h		Data Show e caixas de Som	Exposição na pratica com o resíduo já reutilizado, criados pelos alunos; jogos	05 jogos de mesas com 04 cadeiras cada

(Conclusão)

					analogicos feitos a partir de resíduo e dinâmica de grupo	04 mesas para expor as artes, extensão de 10 metros com cinco pontos de energia.
--	--	--	--	--	---	--

EMENTA

O Projeto Resíduo Tecnológico Vira Arte, consiste no reaproveitamento do lixo eletrônico, reutilizado no seu estado original, disseminando a sustentabilidade e a proteção do meio ambiente, impactando nossos jovens para nossa realidade atual. Bem como transformar um HD em relógio, uma tampa de impressora em um tabuleiro de jogos ou até mesmo um lindo jarro a partir do corpo da mesma.

MATERIAL DE CONSUMO		
QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO
10	unidades	Tesoura
10	bastões	Cola quente
04	unidades	Pistola para cola quente

Fortaleza, ___ de _____ de 2018	Fortaleza, ____ de _____ de 2018
Cícero Sérgio de Souza Lima	
PROFESSOR(A)	COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA



Instituto de Arte e Cultura do Ceará
 CNPJ: 02.455.125/0001-31
 Rua Três Corações, 400 - Bom Jardim
 60.545-110 - Fortaleza - Ceará - Brasil
 Tel.: (85) 3497.5981 / Fax: (85) 3497.5991
 ccbj@ccbj.org.br - www.ccbj.org.br



Como pode-se observar no quadro acima, em um primeiro momento com o auxílio de um aparelho data show e caixas de som, o professor responsável pelo curso ministrou uma aula na qual trabalhava os conceitos básicos de reciclagem e os impactos ambientais causados na natureza provenientes de um descarte irregular do lixo tecnológico. Problemas ambientais e de saúde humana foram apresentados aos alunos como uma forma de conscientização. Para essa aula foram usados também equipamentos eletrônicos para ilustrar o tipo de material que os compõem. Ao final da aula os alunos são convidados para, juntamente com o professor, a desmontarem e

montarem um equipamento eletrônico. Também nesse momento os alunos são convidados a discutirem alternativas e possibilidades para o uso da sucata eletrônica.

Nesse momento é trabalhado em sala de aula a educação ambiental com foco na sucata digital, que são resíduos descartados diariamente por todos os lados, causando um efeito nocivo ao meio ambiente como um todo. Na busca de conscientizar ambientalmente os alunos, o curso resíduo tecnológico vira arte através do lixo, passa a fase de criação e reaproveitamento. Uma das primeiras propostas é a criação de brinquedos em formato de robôs a partir dos resíduos tecnológicos descartados e desmontados. O que antes era sucata, agora ganha um novo formato que poderá ser utilizado por toda a comunidade do CCBJ.

Em seguida uma nova proposta é lançada aos alunos para a transformação do e-lixo. Dessa vez os alunos são convidados e instigados a pensarem em cinco diferentes tipos de jogos de mesas para quatro pessoas. Com os restos de um computador os alunos conseguem, usando de muita criatividade, construir algo para entretenimento com baixo custo.

Após a criação dos jogos de mesa para entretenimento e reaproveitamento da sucata, os alunos são convidados a participarem do encerramento do curso com uma exposição dos artefatos construídos durante as aulas no curso Resíduo Tecnológico Vira Arte. A exposição é realizada durante a semana de Mostra das Artes do CCBJ. O curso foi contemplado para expor a produção realizada pelos alunos participantes na primeira semana do mês de junho do ano de 2018. A ação funciona como uma vitrine das criações artísticas de todos os participantes dos cursos do CCBJ. Segundo o site do CCBJ e do Governo do Estado do Ceará, a mostra é resultado das produções artísticas criadas nos cursos básicos, livres e extensivos e os laboratórios de criação do Centro de Formação Artística do CCBJ, realizados neste primeiro semestre de 2018. O apoio as divulgações e monitoramento com os resultados por parte do site do Governo do Estado do Ceará se dá devido o Centro Cultural Grande Bom Jardim ser uma instituição gerida pelo Instituto Dragão do Mar (IDM) e equipamento cultural ligado à Secretaria da Cultura do Estado do Ceará (SECULT-CE), com apoio do Fundo Estadual de Combate à Pobreza (Fecop) e do programa Ceará Pacífico, do Governo do Estado.

Com os jogos analógicos feitos a partir dos resíduos, os alunos permanecem durante toda a exposição para ministrarem palestras sobre suas criações e incentivarem o público visitante a participarem de dinâmicas preparadas

pela turma concludente. Após a semana de exposições, os alunos são contemplados com certificados emitidos pelo CCBJ para que possam enriquecer seus currículos, e conseqüentemente darem novos passos com relação a questão ambiental, assim como poderão participar de novos cursos mais avançados na área futuramente ofertados pelo centro cultural.

Figura 16 – Sucata de Impressora



Fonte: Centro Cultural Bom Jardim (2018)

A figura 16 mostra um vaso de plantas construído durante o curso Resíduo Tecnológico Vira Arte, feito com restos de uma impressora sem possibilidade de reuso.

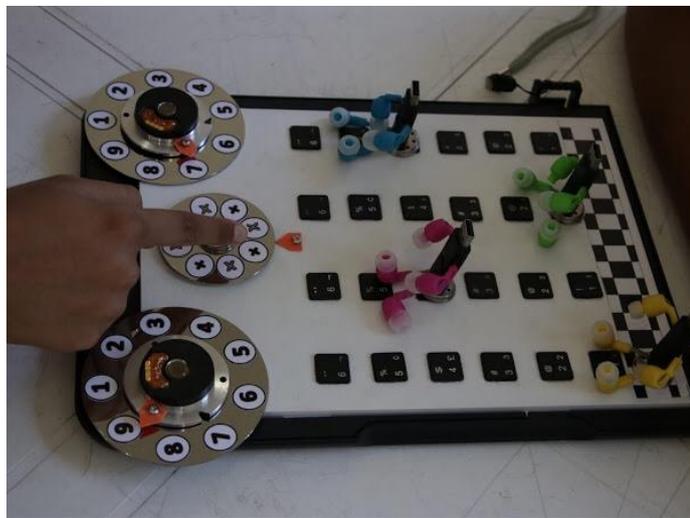
Figura 17 – Jogos de tabuleiros



Fonte: Centro Cultural Bom Jardim (2018)

A figura 17 traz um jogo de tabuleiro construído com a parte superior dos restos da impressora da figura 16. Trabalhando conceitos simples de consciência ambiental, o grande desafio do curso foi mostrar aos alunos que o e-lixo pode ser reutilizado de diversas maneiras. Todo esse material, repleto de materiais pesados, nocivos à saúde humana e sem possibilidade de reuso, ainda assim pode ser reaproveitado de maneira criativa no próprio centro cultural. Dessa forma o curso, com muita criatividade, contemplou um dos seus principais objetivos que foi trabalhar conceitos de educação ambiental a partir da realidade vivida pelos alunos da região do GBJ.

Figura 18- Jogo de Tabuleiro



Fonte: Centro Cultural Bom Jardim (2018)

Após a criação de alguns jogos de tabuleiros, os alunos juntamente ao professor promoviam momentos de laser aos demais alunos do centro cultural, para testar a eficácia do jogo construído, antes da realização da semana da Mostra das Artes do CCBJ. Essa mostra, realizada ao final do segundo semestre do ano de 2018, tinha a duração de uma semana na qual os alunos foram convidados a expor suas criações feitas durante as aulas do curso para toda a comunidade do GBJ.

Figura 19- Jogos de tabuleiro



Fonte: Centro Cultural Bom Jardim (2018)

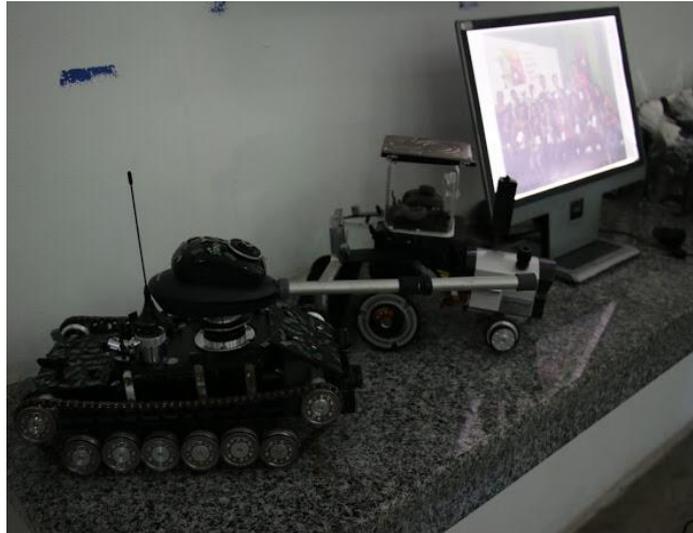
As figuras 18 e 19 mostram um jogo de tabuleiro com diferentes tipos de jogos construído a partir de sucatas de computador. O jogo foi construído para ser utilizado por quatro pessoas ao mesmo tempo, e levar entretenimento ao CCBJ nos horários de intervalo entre as aulas.

Figura 20 – Acessórios de Sucata Tecnológica



Fonte: Centro Cultural Bom Jardim (2018)

Figura 21 – Brinquedos feitos com sucata tecnológica



Fonte: Centro Cultural Bom Jardim (2018)

Na figura 20 observa-se parte dos artefatos feitos durante o curso, como chaveiros, vasos e objetos de decoração, durante a exposição de término de curso. A figura 21 mostra brinquedos construídos com sucata tecnológica expostos na culminância realizada ao final curso Resíduo tecnológico Vira Arte.

Ao final do curso, ao construírem sozinhos peças, jogos e adereços com o lixo eletrônico, os alunos demonstraram não só capacidade de manuseio com a sucata tecnológica, mas criatividade e conceitos provenientes de uma consciência ambiental. Os alunos também confirmaram a eficiência do curso Resíduo Tecnológico Vira Arte com a concretização do objetivo inicial estabelecido pelo curso que é o despertar para uma vida sustentável através da educação ambiental. Esse fato pode ser comprovado por meio dos registros realizados na semana da Mostra das Artes do CCBJ.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para entender a relevância dos cursos Metareciclar e Resíduo Tecnológico Vira Arte realizados pelo Centro Cultural Bom Jardim, na inclusão digital e para a educação ambiental da comunidade do Grande Bom Jardim, foi necessário conhecer um pouco da realidade dos moradores do bairro e seu acesso as Tecnologias da Informação e Comunicação. Além disso fez-se necessário conhecer as propostas de implementação e objetivos desses cursos, bem como os objetivos do Centro Cultural junto à comunidade.

Através de leituras de documentos coletados em sua maioria no próprio CCBJ, juntamente a uma pesquisa bibliográfica, foi possível ter um referencial para uma posterior comparação entre o que foi idealizado para a implementação dos cursos, com o que foi executado. Isso aliado as discussões de políticas públicas, tendo Secchi (2013) como teórico principal, para a inclusão digital e a educação ambiental na região do Grande Bom Jardim.

Nessa perspectiva através dos dados coletados, a pesquisa direciona-se para a reflexão da educação ambiental através da reciclagem do lixo eletrônico, nas oficinas ofertadas pelo CCBJ, juntamente a inclusão digital para jovens e adultos da região como forma de políticas públicas. Sendo considerado fruto da implementação de políticas públicas contra a violência na região do GBJ, situado na periferia de Fortaleza, o CCBJ por meio dos cursos Metareciclar e Resíduo Tecnológico Vira Arte passa a integrar, a partir de 2016, a matriz curricular dos cursos ofertados pelo centro cultural. Através de uma integração entre aulas teóricas, práticas, aulas de campo, criatividade e baixo custo, constatou-se que os cursos, por meio da reciclagem de equipamentos eletrônicos realizada e exposta com ampla divulgação durante e ao término das aulas, contemplaram os objetivos iniciais de refletir sobre o papel da tecnologia incentivando a inventividade na criação de artefatos com resíduos tecnológicos. Desta maneira, os alunos também praticaram e conheceram princípios básicos de funcionamento de componentes eletrônicos conhecendo e instalando *softwares*. Os cursos demonstraram sua capacidade de ir além, praticando artesanato digital, produzindo arte através do e-lixo e desta maneira suscitando a possibilidade de geração de renda através da reciclagem do lixo eletrônico.

No percurso da pesquisa, observou-se as práticas de reciclagem de lixo eletrônico como mediadoras da inclusão digital e da educação ambiental na periferia

da cidade de Fortaleza. O trabalho confirmou, através dos resultados, a hipótese que deu início a pesquisa em que consistia em os cursos de reciclagem do lixo eletrônico, ofertados pelo CCBJ, serviram como fortes mediadores para a inclusão digital e a educação ambiental nessa região. Essas oficinas mesmo com um curto tempo de duração se demonstraram eficazes naquilo que se propunham a fazer, inserir moradores de bairros mais carentes no mundo digital, causando transformações na vida de pessoas tão esquecidas e carentes das políticas públicas.

Essas mudanças estão alinhadas a propostas maiores, como um curso de Metareciclagem com maior carga horária associado a um nível técnico mais elevado capaz de capacitar esses jovens e adolescentes do GBJ, no intuito de auxiliar esse público na árdua tarefa de inserir-se no mercado de trabalho.

Além disso a pesquisa expõe, a partir de documentos coletados no próprio centro cultural, pontos importantes dos projetos e dos cursos a serem repensados para uma melhor contribuição junto à comunidade do GBJ. Dessa forma o espaço do Centro Cultural Bom Jardim poderá continuar a evoluir e ofertar oportunidades necessárias as mudanças da realidade hoje vivida pela maioria dos jovens moradores dessa região.

Através da pesquisa ocorreu um melhor entendimento a respeito das práticas ambientais do GBJ. Fazer com que os alunos dos cursos se vissem como parte do processo, e não um simples participante das oficinas, foi tido como um dos maiores desafios para os orientadores. Despertar a consciência socioambiental desse público exige-se, no mínimo, o dobro de tempo no qual os cursos foram ofertados. Essa consciência é trabalhada diariamente, juntamente as escolas que têm um papel fundamental para o despertar desse sentimento. Entender a realidade desses jovens e dar-lhes lugar de fala, também faz parte do processo. Infelizmente devido a pequena quantidade de hora/aula ofertada pelos cursos, muitas questões não foram aprofundadas, ou quando muito, eram vistas rapidamente.

Outra questão importante a ser debatida, pelo núcleo gestor do CCBJ, é com relação a continuidade e aprimoramento dos cursos ofertados. O curso Metareciclar teve sua primeira fase no ano de 2016, e no ano seguinte teve sua descontinuidade decretada, causando desanimo e desinteresse por parte dos alunos, e uma perda irreparável para a comunidade. Até o final dessa pesquisa o centro cultural não tinha previsão para uma nova oferta do curso Metareciclar. O mesmo aconteceu com o curso Resíduo Tecnológico Vira Arte. Esse curso que estava voltado

mais para a parte criativa e artística da reciclagem, contou apenas com duas versões, tendo seu final decretado no primeiro semestre de 2018. Essas dificuldades já são conhecidas e amplamente divulgadas no nosso cotidiano através das nossas escolas que não desenvolvem projetos relacionados as questões ambientais e as práticas necessárias para a inclusão digital dos moradores de bairros periféricos. A ausência de aulas sobre educação ambiental é uma realidade no nosso Estado, em especial nas nossas escolas públicas que quando muito desenvolvem projetos pautados em uma educação ambiental tradicional ampliando o vácuo das discussões sobre as questões socioambientais. Essas dificuldades políticas, que ao parar suas atividades por tempo indeterminado, desconstrói todo o trabalho desenvolvido durante um determinado período no qual foram construídos em cima de muita resistência e luta para a difusão de uma maior consciência socioambiental.

Apesar disso o Centro Cultural Bom Jardim ao ofertar esses cursos, pela a área onde está inserido, é de fundamental importância dentro da periferia, além do fato de ter demonstrado ser significativo e transformador na rotina de seus moradores. Através dos dois cursos muitas outras ações ocorreram como fruto desse despertar ambiental.

Algumas mudanças comportamentais trazidas pelos dois cursos ofertados pelo centro cultural estão aliadas, também, a outras propostas, como oficinas permanentes que trabalham com sucatas eletrônicas para a reciclagem do e-lixo como forma de trabalho e renda para a população do GBJ. E ainda, o reaproveitamento de máquinas consideradas obsoletas para doações para outros projetos do bairro.

Com um cronograma cumprido sistematicamente desde seu projeto de implementação até a formação das primeiras e únicas turmas, os cursos Metareciclar e Resíduo Tecnológico Vira Arte ofertados pelo CCBJ, demonstraram total eficiência. Com uma carga horária e planos de aulas respeitados, os cursos demonstraram cumprir com o programa pré-estabelecido. Através de exposições e eventos realizados logo após o término do curso, pode-se ter a real dimensão do efeito prático desses cursos para a comunidade dessa região.

Através dessa pesquisa observou-se que a periferia, mesmo as margens da cidade, possui um imenso potencial e que não deixa de produzir por estar esquecida pelas políticas públicas. Direcionar essas políticas a quem mais precisa é uma tarefa urgente, para que o *déficit* da desigualdade seja amenizado e novas ideias

possam surgir para estancar carências reais. Nesse passo, a periferia cria alternativas e táticas para o alívio dessas carências, mesmo com tão pouco incentivos para isso.

Constatou-se também que é necessário que a educação ambiental esteja contextualizada com as diferentes realidades dos diferentes lugares, e que não se pode seguir com conceitos tradicionais com foco na supremacia de uma determinada classe dominante. É preciso criticidade para que o jovem periférico se perceba como parte do ambiente, que a miséria, o desemprego, falta de moradia, a violência, a educação precária, a desigualdade, também são problemas ambientais. Portanto trabalhar a consciência ambiental dessa população, é trabalhar seu potencial e sua autoconfiança e dar-lhes direito e acesso aos questionamentos necessários aos problemas socioambientais.

REFERÊNCIAS

- BALBONI, Mariana Reis. **Por detrás da inclusão digital**: uma reflexão sobre o consumo e a produção de informação em centros públicos de acesso à internet no Brasil. São Paulo: [s.n.], 2007.
- BAUMAN, Z. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. Tradução Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Ecodesign**. Disponível em: <www.mma.gov.br/informma/item/7654-ecodesign.html>. Acesso em: 15 abr. 2019
- CALIMAN, G. **Paradigmas da exclusão social**. [S.l.]: UNESCO, 2008.
- CARVALHO, I. C. M. **A Invenção do sujeito ecológico**: narrativas e trajetórias da educação ambiental no Brasil. Porto Alegre: UFRGS, 2001.
- CASTELLS, M. **A sociedade em rede**: a era da informação: economia, sociedade e cultura. 8. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CEARÁ. Governo do Estado. Secretaria de Cultura. **Mostra das Artes do CCBJ**. Disponível em: <<https://www.ceara.gov.br/2018/06/01/mostra-das-artes-do-ccbj-revela-a-potencia-da-cultura-no-grande-bom-jardim/>>. Acesso em: 02 jun. 2019.
- CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean et al. **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2008 (Coleção Sociologia).
- CUNHA, M. M. da S. O caos conceitual-metodológico na educação ambiental e algumas possíveis origens de seus equívocos. **Ambiente e Educação**, Rio Grande, v.11, 2006.
- DIAS, G. F. **Educação ambiental**: princípios e práticas. São Paulo: Gaia, 1992.
- FREIRE, P. **Pedagogia da Esperança**: Um reencontro com a pedagogia do oprimido. Notas de Ana Maria Araújo Freire. São Paulo: Paz e Terra, 1997.
- FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.
- GUIMARÃES, M. Educação ambiental crítica. In: LAYRARGUES, P.P. (Org.). **Identidades da Educação ambiental brasileira**. Brasília: MMA, 2004.
- HONÓRIO, R.S. **A Cultura como estratégia de combate a pobreza**: a experiência do Projeto Jardim de Gente Centro Cultural Bom Jardim. 2014. 137f. Dissertação (Mestrado Profissional em Políticas públicas) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2014.

JUSTINI, A. A. H. **As contribuições da inclusão digital para a inserção social:** um estudo de caso no projeto estação vida. Catalão, GO: Centro de Ensino Superior de Catalão, 2008.

LAYRARGUES, P. P. Muito prazer sou a educação ambiental, seu novo objeto de estudo sociológico. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM AMBIENTE E SOCIEDADE, 1., 2002, Indaiatuba. **Anais...** Indaiatuba: ANPPAS, 2002.

LAYRARGUES, P.P. A resolução de problemas ambientais deve ser um tema-gerador ou a atividade-fim da educação ambiental? In: REIGOTA, M. (Org.). **Verde Cotidiano o meio ambiente em discussão.** Rio de Janeiro: DP&A. 1999.

LAYRARGUES, P.P. Ecologia política, justiça e educação ambiental, crítica: perspectivas de aliança contra-hegemônica. **Trab. educ. saúde**, Rio de Janeiro, v.11, n.1, 2013.

LAYRARGUES, P.P. **Identidades da educação ambiental brasileira.** Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

LAYRARGUES, P.P. O cinismo da reciclagem: o significado ideológico da reciclagem da lata de alumínio e suas implicações para a educação ambiental. In: LOUREIRO, F.; LAYRARGUES, P.; CASTRO, R. (Orgs.) **Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania.** São Paulo: Cortez, 2002.

LEFF, E. **Ecologia, capital e cultura:** racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável. Blumenau: Furb, 2000.

LEFF, E. **Epistemologia ambiental.** São Paulo: Cortez, 2001.

LEMOS, A. **Cidade digital:** portais, inclusão e redes no Brasil. Salvador: EDUFBA, 2007. 95

LÉVY, Pierre. **Cibercultura.** São Paulo: Ed. 34, 1999. 264 p. 96

LIMA, G. F. da C. **Formação e dinâmica do campo da educação ambiental no Brasil:** Emergência, identidades, desafios. 2005.. 187f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

LOUREIRO, C. B. F. Sustentabilidade e educação um olhar da ecologia política. **Coleção questões da nossa época**, São Paulo, v. 39, 2012.

LÖWY, M. **Ideologias e ciência social.** Elementos para uma análise marxista. 7. ed. São Paulo: Cortez, 1991.

MANZINI, Ézio. Design para inovação social e sustentabilidade: comunidades criativas, organizações colaborativas e novas redes projetuais. **Cadernos do Grupo de Altos Estudos**, Rio de Janeiro, v.1, 2008.

MARTINS, G. A.; THEOPHILO, C. R. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MEDEIROS, M. G. L.; BELLINI, M. L. **Educação ambiental como educação científica**, Londrina: Eduel, 2001.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. Tradução de Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya. São Paulo: Cortez; Brasília: Unesco, 2001.

REIGOTA, M. **Meio ambiente e representação social**. São Paulo: Cortez, 1995.

ROSA, Sergio. **Os ideais da Metareciclagem**. 2007. Disponível em: <www.recicloteca.or.br>. Acesso em: 13 abr. 2019

RUA, Maria das Graças. "O ciclo das políticas públicas" In: _____. **Políticas públicas**. Florianópolis: UFSC, 2012. p. 63-130.

RUA, Maria das Graças; ROMANINI, Roberta. "Tipologia e tipos de políticas públicas" (unidade VI). In: _____. **Para aprender políticas públicas**: – Volume 1 Conceito e Teorias. Brasília: IGEPP, 2014.

SANTOS, B. de S. **A crítica da razão indolente**: contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez, 2000.

SANTOS, J. C. **Aprendizagem significativa**: modalidades de aprendizagem e o papel do professor. Porto Alegre: Mediação, 2008.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos, GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Rev. Bras. de História & Ciências Sociais**, n.1, p. 1-15, jul., 2009.

SCHMITTER, Philippe C. La transitología: ciencia o arte de la democratización? In: FÓRUM OLOF PALME'S INTERNATIONAL FOUNDATION SOBRE A CONSOLIDAÇÃO DEMOCRÁTICA NA AMÉRICA LATINA. 3., Barcelona. **Anais...** Barcelona: [s.n.], 1993.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas**: conceitos, esquemas de análise, casos práticos, 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2014

SILVA, M. **Identidades da educação ambiental brasileira**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

SILVEIRA, S. A. **Exclusão digital**: a miséria na era da informação. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu. **Exclusão Digital**: A miséria na era da informação. São Paulo. Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

SORJ, Bernardo. **A Luta contra a Desigualdade na Sociedade da Informação**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

SORRENTINO, M., TRAJBER, R., MENDONÇA, P.; FERRARO JUNIOR, L. Educação ambiental como política pública. **Educação e Pesquisa**, v. 31, n. 2, 2005.

TAKAHASHI, Tadao. (Org.). **Sociedade da Informação no Brasil: Livro Verde**. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000.

TOZONI-REIS, M. F. de C.; CAMPOS, L. M. L. **Educação ambiental** escolar, formação e formação de professores: articulações necessárias. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 3, 2014.

TRAJBER, R. e MENDONÇA, P. R. (Orgs.), **O que fazem as escolas que dizem que fazem educação ambiental**. Brasília: MEC/Secad, 2006.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ. **Laboratório de direitos humanos, cidadania e ética**. Disponível em: <http://www.uece.br/covio/dmdocuments/regional_V.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2019